

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	7
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	8
Demonstração do Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Fluxo de Caixa	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	15
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	16
Demonstração do Valor Adicionado	17

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	18
---	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	92
---	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	93
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial	99
-------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	481.137.130
Preferenciais	0
Total	481.137.130
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2011	Dividendo	29/04/2011	Ordinária		1,01019

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	7.505.400	7.041.917
1.01	Ativo Circulante	572.137	601.635
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	81.004	110.958
1.01.02	Aplicações Financeiras	42.929	42.533
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	42.929	42.533
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	42.929	42.533
1.01.06	Tributos a Recuperar	35.295	34.992
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	35.295	34.992
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	412.909	413.152
1.01.08.03	Outros	412.909	413.152
1.01.08.03.01	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	412.909	413.152
1.02	Ativo Não Circulante	6.933.263	6.440.282
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	279.468	272.797
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	31.372	39.216
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	31.372	39.216
1.02.01.06	Tributos Diferidos	177.771	177.729
1.02.01.06.02	Créditos Fiscais Diferidos	177.771	177.729
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	30.648	14.875
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	30.648	14.875
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	39.677	40.977
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	10.859	10.676
1.02.01.09.04	Tributos a Compensar	2.787	2.787
1.02.01.09.05	Outros Créditos	26.031	27.514
1.02.02	Investimentos	6.653.428	6.167.072
1.02.02.01	Participações Societárias	6.653.428	6.167.072
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	6.653.428	6.167.072
1.02.03	Imobilizado	149	158
1.02.04	Intangível	218	255

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	7.505.400	7.041.917
2.01	Passivo Circulante	29.535	41.246
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	39	204
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	39	204
2.01.01.02.01	Obrigações Estimadas com Pessoal	39	204
2.01.02	Fornecedores	2.157	1.768
2.01.03	Obrigações Fiscais	381	437
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	381	437
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.701	15.529
2.01.04.02	Debêntures	3.701	15.529
2.01.04.02.01	Encargos de Debêntures	3.701	15.529
2.01.05	Outras Obrigações	23.257	23.308
2.01.05.02	Outros	23.257	23.308
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	16.338	16.360
2.01.05.02.04	Derivativos	258	123
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	6.661	6.825
2.02	Passivo Não Circulante	505.819	506.963
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	450.000	450.000
2.02.01.02	Debêntures	450.000	450.000
2.02.02	Outras Obrigações	44.984	46.297
2.02.02.02	Outros	44.984	46.297
2.02.02.02.03	Derivativos	540	460
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	44.444	45.837
2.02.04	Provisões	10.835	10.666
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.835	10.666
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	10.835	10.666
2.03	Patrimônio Líquido	6.970.046	6.493.708
2.03.01	Capital Social Realizado	4.793.424	4.793.424
2.03.02	Reservas de Capital	16	16
2.03.04	Reservas de Lucros	904.705	904.705
2.03.04.01	Reserva Legal	418.665	418.665
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	486.040	486.040
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	466.310	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	805.591	795.563
2.03.06.01	Reserva de Avaliação Patrimonial	805.591	795.563

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1	0
3.03	Resultado Bruto	1	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	463.600	483.621
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.198	-4.796
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-36.297	-35.362
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	506.095	523.779
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	463.601	483.621
3.06	Resultado Financeiro	-3.863	-2.010
3.06.01	Receitas Financeiras	9.256	14.226
3.06.02	Despesas Financeiras	-13.119	-16.236
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	459.738	481.611
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	42	1.315
3.08.01	Corrente	42	979
3.08.02	Diferido	0	336
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	459.780	482.926
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	459.780	482.926
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,96000	1,01000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-25.011	-10.023
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-736	-2.277
6.01.01.01	Lucro Líquido Incluindo CSLL e IRPJ	459.738	481.611
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	36.342	35.392
6.01.01.04	Encargos de Dívidas e Atualização Monetária e Cambiais	9.279	4.499
6.01.01.05	Equivalência Patrimonial	-506.095	-523.779
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-24.275	-7.746
6.01.02.01	Dividendo e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	0	6.999
6.01.02.02	Tributos a Compensar	-150	-453
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	-13	0
6.01.02.05	Outros Ativos Operacionais	1.727	76
6.01.02.06	Fornecedores	389	7
6.01.02.08	Outros Tributos e Contribuições Sociais	-56	76
6.01.02.09	Encargos de Dívidas Pagos	-24.451	-19.398
6.01.02.10	Outros Passivos Operacionais	-1.721	4.947
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.914	9.093
6.02.02	Aquisições de Imobilizado	0	-124
6.02.03	Titulos e Valores Mobiliários	11.013	10.060
6.02.05	Venda de Ativo Não Circulante	0	-45
6.02.07	Operações de Mútuo com Controladas e Coligadas	-15.927	-799
6.02.08	Outros	0	1
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-29	-238
6.03.01	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures, Líquida de Derivativos	-7	-198
6.03.02	Dividendo e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-22	-40
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-29.954	-1.168
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	110.958	219.126
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	81.004	217.958

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.793.424	16	904.705	0	795.563	6.493.708
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.793.424	16	904.705	0	795.563	6.493.708
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	466.309	10.029	476.338
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	459.780	0	459.780
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	6.529	10.029	16.558
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	6.529	10.029	16.558
5.07	Saldos Finais	4.793.424	16	904.705	466.309	805.592	6.970.046

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.741.175	16	996.768	-234.278	765.667	6.269.348
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.741.175	16	996.768	-234.278	765.667	6.269.348
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	489.470	6.381	495.851
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	482.926	0	482.926
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	6.544	6.381	12.925
5.07	Saldos Finais	4.741.175	16	996.768	255.192	772.048	6.765.199

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	1	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.957	-3.873
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.572	-2.817
7.02.04	Outros	-1.385	-1.056
7.03	Valor Adicionado Bruto	-4.956	-3.873
7.04	Retenções	-36.342	-35.392
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-45	-30
7.04.02	Outras	-36.297	-35.362
7.04.02.01	Amortização do Intangível de Concessão	-36.297	-35.362
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-41.298	-39.265
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	515.351	538.005
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	506.095	523.779
7.06.02	Receitas Financeiras	9.256	14.226
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	474.053	498.740
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	474.053	498.740
7.08.01	Pessoal	865	732
7.08.01.01	Remuneração Direta	854	683
7.08.01.02	Benefícios	-76	19
7.08.01.03	F.G.T.S.	87	30
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	274	-1.178
7.08.02.01	Federais	270	-1.178
7.08.02.02	Estaduais	4	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	13.134	16.260
7.08.03.01	Juros	13.118	16.236
7.08.03.02	Aluguéis	16	24
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	459.780	482.926
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	459.780	482.926

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	20.841.707	20.056.797
1.01	Ativo Circulante	4.489.105	3.898.190
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.967.201	1.562.897
1.01.02	Aplicações Financeiras	42.929	42.533
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	42.929	42.533
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	42.929	42.533
1.01.03	Contas a Receber	1.854.718	1.816.073
1.01.03.01	Clientes	1.854.718	1.816.073
1.01.04	Estoques	29.176	24.856
1.01.06	Tributos a Recuperar	198.106	193.020
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	198.106	193.020
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	396.975	258.811
1.01.08.03	Outros	396.975	258.811
1.01.08.03.01	Outros Créditos	391.979	253.813
1.01.08.03.02	Derivativos	189	244
1.01.08.03.03	Arrendamentos	4.807	4.754
1.02	Ativo Não Circulante	16.352.602	16.158.607
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.863.585	3.787.268
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	64.437	72.823
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	64.437	72.823
1.02.01.03	Contas a Receber	194.227	195.738
1.02.01.03.01	Clientes	194.227	195.738
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.109.579	1.183.460
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.495.342	2.335.247
1.02.01.09.03	Derivativos	8	82
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	938.884	890.685
1.02.01.09.05	Tributos a Compensar	146.092	138.966
1.02.01.09.06	Arrendamentos	25.577	26.315
1.02.01.09.07	Ativo Financeiro da Concessão	1.016.709	934.646
1.02.01.09.08	Entidade de Previdência Privada	5.800	5.800
1.02.01.09.09	Investimentos ao Custo	116.654	116.654
1.02.01.09.10	Outros Créditos	245.618	222.099
1.02.03	Imobilizado	5.929.223	5.786.465
1.02.04	Intangível	6.559.794	6.584.874

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	20.841.707	20.056.797
2.01	Passivo Circulante	4.949.522	4.428.322
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	68.434	58.688
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	68.434	58.688
2.01.01.02.01	Obrigações Estimadas com Pessoal	68.434	58.688
2.01.02	Fornecedores	1.100.624	1.047.385
2.01.03	Obrigações Fiscais	522.544	455.248
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.515.057	2.247.407
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.032.360	619.383
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	628.583	615.201
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	403.777	4.182
2.01.04.02	Debêntures	1.482.697	1.628.024
2.01.04.02.01	Debêntures	1.362.464	1.509.958
2.01.04.02.02	Encargos de Debêntures	120.233	118.066
2.01.05	Outras Obrigações	742.863	619.594
2.01.05.02	Outros	742.863	619.594
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	23.792	23.813
2.01.05.02.04	Derivativos	38.450	3.982
2.01.05.02.05	Entidade de Previdência Privada	38.438	40.103
2.01.05.02.06	Taxas Regulamentares	128.712	123.541
2.01.05.02.07	Uso do Bem Público	17.438	17.287
2.01.05.02.08	Outras Contas a Pagar	496.033	410.868
2.02	Passivo Não Circulante	8.660.246	8.878.819
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	7.022.692	7.159.312
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.863.758	4.946.998
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	4.814.008	4.481.421
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	49.750	465.577
2.02.01.02	Debêntures	2.158.934	2.212.314
2.02.02	Outras Obrigações	1.059.679	1.150.475
2.02.02.02	Outros	1.059.679	1.150.475
2.02.02.02.03	Derivativos	571	7.883
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência Privada	530.089	570.877
2.02.02.02.05	Impostos, Taxas e Contribuições	773	960
2.02.02.02.06	Uso do Bem Público	426.224	429.632
2.02.02.02.07	Outras Contas a Pagar	102.022	141.123
2.02.03	Tributos Diferidos	277.359	277.767
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	277.359	277.767
2.02.04	Provisões	300.516	291.265
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	300.516	291.265
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	7.231.939	6.749.656
2.03.01	Capital Social Realizado	4.793.424	4.793.424
2.03.02	Reservas de Capital	16	16
2.03.03	Reservas de Reavaliação	805.591	795.563
2.03.04	Reservas de Lucros	904.705	904.705
2.03.04.01	Reserva Legal	418.665	418.665
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	486.040	486.040

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	466.310	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	261.893	255.948

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.022.784	2.878.725
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.886.241	-1.799.207
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-1.418.661	-1.407.308
3.02.02	Custo de Operação	-253.813	-240.286
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-213.767	-151.613
3.03	Resultado Bruto	1.136.543	1.079.518
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-282.387	-237.867
3.04.01	Despesas com Vendas	-73.071	-63.910
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-154.805	-119.392
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-54.511	-54.565
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	854.156	841.651
3.06	Resultado Financeiro	-131.106	-82.007
3.06.01	Receitas Financeiras	125.914	100.427
3.06.02	Despesas Financeiras	-257.020	-182.434
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	723.050	759.644
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-257.175	-271.781
3.08.01	Corrente	-188.383	-199.239
3.08.02	Diferido	-68.792	-72.542
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	465.875	487.863
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	465.875	487.863
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	459.780	482.926
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	6.095	4.937
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	718.754	669.112
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.092.680	1.052.455
6.01.01.01	Lucro Líquido Incluindo CSLL e IRPJ	723.050	759.644
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	188.171	161.807
6.01.01.03	Provisão para Contingencias	7.544	9.152
6.01.01.04	Encargos de Dívidas e Atualização Monetária e Cambiais	182.653	127.152
6.01.01.05	(Ganho) Perda com Plano de Pensão	-21.579	-21.799
6.01.01.06	Perda (Ganho) na Baixa de Não Circulante	0	1.422
6.01.01.07	PIS e COFINS Diferidos	12.841	15.077
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-373.926	-383.343
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-37.103	-30.368
6.01.02.02	Tributos a Compensar	-12.130	18.396
6.01.02.03	Operações de Arrendamento	-1.063	0
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-32.564	-24.740
6.01.02.06	Outros Ativos Operacionais	-112.492	-24.794
6.01.02.07	Fornecedores	53.235	-36.720
6.01.02.08	Imposto de Renda e Contribuições Sociais Pagos	-207.974	-186.329
6.01.02.09	Outros Tributos e Contribuições Sociais	75.410	16.051
6.01.02.10	Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-20.874	-21.514
6.01.02.11	Encargos de Dívidas Pagos	-138.993	-152.252
6.01.02.12	Taxas Regulamentares	5.171	36.891
6.01.02.13	Outros Passivos Operacionais	55.451	22.036
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-397.070	-280.223
6.02.02	Aquisições de Imobilizado	-191.357	-113.839
6.02.03	Titulos e Valores Mobiliários	13.464	3.191
6.02.04	Operações de Arrendamento	1.747	0
6.02.05	Adições de Intangível	-220.924	-175.388
6.02.06	Venda de Ativo Não Circulante	0	2.868
6.02.08	Outros	0	2.945
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	82.620	-185.837
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	380.832	159.561
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures, Líquida de Derivativos	-298.190	-342.398
6.03.03	Dividendo e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-22	-3.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	404.304	203.052
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.562.897	1.487.243
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.967.201	1.690.295

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.793.424	16	904.705	0	795.563	6.493.708	255.948	6.749.656
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.793.424	16	904.705	0	795.563	6.493.708	255.948	6.749.656
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	459.793	16.545	476.338	6.095	482.433
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	459.780	0	459.780	6.095	465.875
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	13	16.545	16.558	0	16.558
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	13	25.075	25.088	0	25.088
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-8.530	-8.530	0	-8.530
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	6.516	-6.516	0	-150	-150
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	9.875	-9.875	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-3.359	3.359	0	0	0
5.06.05	Outras Movimentações de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0	0	0	-150	-150
5.07	Saldos Finais	4.793.424	16	904.705	466.309	805.592	6.970.046	261.893	7.231.939

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.741.175	16	996.768	-234.278	765.667	6.269.348	267.431	6.536.779
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.741.175	16	996.768	-234.278	765.667	6.269.348	267.431	6.536.779
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	482.945	12.906	495.851	4.804	500.655
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	482.926	0	482.926	4.937	487.863
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	19	12.906	12.925	-133	12.792
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	19	19.564	19.583	-202	19.381
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-6.658	-6.658	69	-6.589
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	6.525	-6.525	0	-285	-285
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	9.887	-9.887	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-3.362	3.362	0	0	0
5.06.05	Outras Movimentações de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0	0	0	-285	-285
5.07	Saldos Finais	4.741.175	16	996.768	255.192	772.048	6.765.199	271.950	7.037.149

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	4.606.080	4.555.993
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.296.162	4.100.337
7.01.02	Outras Receitas	213.602	147.917
7.01.02.01	Receitas com Construção da Infraestrutura de Concessão	213.602	150.444
7.01.02.02	Outras	0	-2.527
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	112.683	319.512
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-16.367	-11.773
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.097.537	-2.206.596
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.587.464	-1.581.836
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-434.893	-541.479
7.02.04	Outros	-75.180	-83.281
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.508.543	2.349.397
7.04	Retenções	-197.737	-169.313
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-151.723	-123.705
7.04.02	Outras	-46.014	-45.608
7.04.02.01	Amortização do Intangível de Concessão	-46.014	-45.608
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.310.806	2.180.084
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	126.121	101.930
7.06.02	Receitas Financeiras	126.121	101.930
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.436.927	2.282.014
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.436.927	2.282.014
7.08.01	Pessoal	122.191	117.587
7.08.01.01	Remuneração Direta	101.725	89.768
7.08.01.02	Benefícios	12.419	20.754
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.047	7.065
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.573.158	1.476.818
7.08.02.01	Federais	839.084	790.887
7.08.02.02	Estaduais	728.476	680.908
7.08.02.03	Municipais	5.598	5.023
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	275.703	199.746
7.08.03.01	Juros	269.451	196.775
7.08.03.02	Aluguéis	6.252	2.971
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	465.875	487.863
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	465.875	487.863

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE****Análise de Resultados****CPFL Energia (Controladora)**

Neste trimestre, o Lucro Líquido foi de R\$ 459.780, sendo 4,8% (R\$ 23.146) inferior ao mesmo trimestre do exercício anterior, devido basicamente aos resultados das participações societárias, conforme abaixo:

	<u>1º Trimestre 2011</u>	<u>1º Trimestre 2010</u>
CPFL Paulista	175.528	236.657
CPFL Piratininga	116.880	98.874
RGE	54.826	53.452
CPFL Santa Cruz	6.366	6.302
CPFL Leste Paulista	2.881	3.138
CPFL Jaguari	3.264	2.508
CPFL Sul Paulista	3.965	3.256
CPFL Mococa	1.293	1.746
CPFL Geração	78.488	52.683
CPFL Brasil	56.132	62.515
CPFL Atende	596	(27)
CPFL Planalto	3.279	2.578
CPFL Serviços	341	(1.173)
CPFL Jaguariuna	(57)	(58)
CPFL Jaguari Geração	2.205	1.328
Chumpitaz	109	-
Total	<u>506.096</u>	<u>523.779</u>

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**COMENTÁRIO DE DESEMPENHO CONSOLIDADO**

Informações	Consolidado		
	1º Trimestre 2011	1º Trimestre 2010	Variação
RECEITA BRUTA	4.509.764	4.250.781	6,1%
Fornecimento de Energia Elétrica (*)	3.603.676	3.559.069	1,3%
Suprimento de Energia Elétrica	276.357	229.937	20,2%
Receita de construção da infraestrutura da concessão	213.602	150.444	42,0%
Outras Receitas Operacionais (*)	416.129	311.331	33,7%
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(1.486.980)	(1.372.056)	8,4%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.022.784	2.878.725	5,0%
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	(1.418.661)	(1.407.308)	0,8%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.114.736)	(1.126.833)	-1,1%
Encargos de Uso do Sist. de Transm. e Distribuição	(303.926)	(280.475)	8,4%
CUSTO/DESPESA OPERACIONAL	(749.966)	(629.766)	19,1%
Pessoal	(152.040)	(147.235)	3,3%
Entidade de Previdência Privada	22.351	21.802	2,5%
Material	(18.035)	(16.957)	6,4%
Serviços de Terceiros	(121.063)	(98.877)	22,4%
Custos com construção da infraestrutura	(213.602)	(150.444)	42,0%
Depreciações e Amortizações	(142.158)	(117.119)	21,4%
Amortização de Intangível de Concessão	(46.013)	(44.688)	3,0%
Outros	(79.407)	(76.248)	4,1%
RESULTADO DO SERVIÇO	854.156	841.651	1,5%
RESULTADO FINANCEIRO	(131.106)	(82.007)	59,9%
Receita	125.914	100.427	25,4%
Despesa	(257.020)	(182.434)	40,9%
Despesa líquida da Receita	(131.106)	(82.007)	59,9%
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	723.050	759.644	-4,8%
Contribuição Social	(68.792)	(72.542)	-5,2%
Imposto de Renda	(188.383)	(199.239)	-5,4%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	465.875	487.863	-4,5%
EBITDA	1.019.976	981.656	3,9%

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA (*)		
Lucro Líquido do Período	465.875	487.863
Entidade de Previdência Privada	(22.351)	(21.802)
Depreciação e Amortização	188.172	161.807
Resultado Financeiro	131.106	82.007
Contribuição Social	68.792	72.542
Imposto de Renda	188.383	199.239
EBITDA	1.019.976	981.656

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta no 1º trimestre de 2011 foi de R\$ 4.509.764, representando um aumento de 6,1% (R\$ 258.983) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior.

Os principais fatores desta variação foram:

- Aumento de 1,3% (R\$ 44.607) no fornecimento faturado e não faturado de energia elétrica, justificado pelo aumento de 2,4% nas tarifas médias praticadas principalmente em função dos reajustes tarifários e redução na quantidade de energia faturada de 0,03%;
- Aumento de 20,2% (R\$ 46.420) no suprimento de energia, motivado principalmente pelo aumento de 12,6% no preço médio praticado nas vendas;
- Aumento de R\$ 104.798 em Outras Receitas Operacionais, com destaque para o aumento de R\$ 97.654 na receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica – TUSD, principalmente em função do aquecimento da produção industrial e pelos efeitos dos reajustes tarifários.

➤ Quantidade de Energia Vendida

No 1º trimestre de 2011, houve uma queda de 0,03% na quantidade de energia faturada a consumidores finais.

As classes residencial, comercial e industrial, que representam 85,5% da quantidade de energia vendida a consumidores finais no trimestre, possuem as maiores tarifas médias, registraram um crescimento de 5,3%, 5,3% e redução de 6,2% respectivamente, quando comparado com o mesmo trimestre do exercício anterior. As classes residencial e comercial são favorecidas pelo efeito acumulado da expansão da massa salarial e da concessão de crédito nos últimos anos, o que resultou em uma elevação do estoque de eletrodomésticos nas residências e em um forte dinamismo do comércio varejista. A quantidade vendida para a classe industrial apresentou queda em função da migração de diversos clientes para o mercado livre.

A classe rural apresentou uma redução de 18,6% em relação ao mesmo período de 2010 em função da migração de alguns consumidores para a classe de permissionárias, visto que esses consumidores após a migração passaram a adquirir todo o volume necessário para atender ao seu mercado.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado como a cobrança da TUSD, houve um aumento de 5,4% quando comparado com o mesmo período do exercício anterior.

➤ Tarifas

No 1º trimestre de 2011, as tarifas de fornecimento de energia praticadas, aumentaram em média 2,4% devido, principalmente, aos seguintes reajustes tarifários das distribuidoras:

- CPFL Paulista: -5,69% a partir de abril de 2010;
- RGE: 3,96% a partir de junho de 2010;
- CPFL Santa Cruz: -2,53%, CPFL Jaguari: 3,67%, CPFL Mococa: 3,24%, CPFL Leste Paulista: -8,47% e CPFL Sul Paulista: 4,94% todas a partir de fevereiro de 2010;
- CPFL Piratininga: 5,66% a partir de outubro de 2010.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Deduções da Receita Operacional

As Deduções da Receita Operacional no 1º trimestre de 2011 foram de R\$ 1.486.980, apresentando um aumento de 8,4% (R\$ 114.924) em relação ao mesmo trimestre de 2010, o qual se refere principalmente ao aumento de 6,5% (R\$ 44.085) do ICMS em decorrência do fornecimento faturado e aumento de 27,2% (R\$ 65.352) nos encargos de CCC e CDE.

Custo com Energia Elétrica

O Custo com Energia Elétrica neste trimestre totalizou R\$ 1.418.661 representando um aumento de 0,8% (R\$ 11.353) em relação ao mesmo período do ano anterior.

➤ Energia Elétrica Comprada para Revenda

O saldo de energia elétrica comprada para revenda foi de R\$ 1.114.736, representando uma redução de 1,1% R\$ 12.097, justificado pela redução de 4,6% na quantidade de energia comprada, compensado parcialmente pelo aumento do reajuste de tarifa de 3,7%. Note que a redução na quantidade se dá principalmente em função da entrada em operação dos projetos de Fóz do Chápeco, Bioenergia e Epasa

➤ Encargos do Uso do Sistema de Distribuição

Aumento de 8,4% (R\$ 23.451) nos encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição devido principalmente aos Encargos de Conexão e Encargos de Serviço do Sistema (ESS), também em função da entrada em produção de Fóz do Chápeco e Epasa.

Custos e Despesas Operacionais

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão, os Custos e Despesas Operacionais neste trimestre foram de R\$ 536.365, um aumento de 11,9% (R\$ 57.043) quando comparado com o mesmo período do trimestre anterior. Esta variação deve-se principalmente à:

- Aumento de 3,3% (R\$ 4.805) em Pessoal, devido basicamente aos efeitos do Acordo Coletivo de 2010;
- Aumento de 22,4% (R\$ 22.186) em Serviços de Terceiros, em função de: (i) gastos com inventário físico de ativos, em atendimento à Resolução Aneel nº 367/09 (R\$ 9.554); (ii) aumento dos gastos com auditoria e consultoria (R\$ 2.653); (iii) aumento dos gastos com entrega e cobrança de contas de energia, principalmente nas controladas CPFL Paulista (R\$ 2.275) e CPFL Piratininga (R\$ 798) devidos aos reajustes de preços dos contratos; (iv) expansão das atividades da CPFL Total (R\$ 2.163) e (v) entrada em operação da UHE Foz do Chapecó, da UTE Baldin e das UTEs Termonordeste e Epasa (R\$ 2.899)
- Aumento de 21,4% (R\$ 25.039) em Depreciações e Amortizações, devido basicamente ao início da entrada em operação de Foz do Chapecó e Epasa, e também em função do início da depreciação do sistema de informática;
- Aumento de 4,1% (R\$ 3.159) em Outras Despesas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro Líquido neste trimestre apresentou uma despesa de R\$ 131.106, comparada com R\$ 82.007 no mesmo período de 2010, representado um aumento na despesa de 59,9% (R\$ 49.099).

➤ **Aumento na receita financeira em R\$ 25.487 (25,4%), principalmente:**

- Aumento nos rendimentos de aplicações financeiras (R\$ 12,769), consequência do maior volume dos saldos aplicados no 1º trimestre de 2011 e acréscimos de multas moratórias (R\$ 9.256).

➤ **Aumento na despesa financeira em R\$ 74.586 (40,9%), principalmente:**

- Aumento de R\$ 71.762 em encargos de dívida em função do maior endividamento, neste trimestre, quando comparado com o mesmo trimestre do exercício anterior, e em função da entrada em operação de Fóz do Chapecó (R\$ 22.486) e Epasa (R\$ 10.438).
- Redução de R\$ 17.194 em Atualizações Monetárias e Cambiais, principalmente em função da variação dos indicadores que atualizam nossas dívidas.
- Redução dos Juros Capitalizados de R\$ 19.790, devido à entrada em operação de Fóz do Chapecó a partir de outubro de 2010 e Epasa a partir de dezembro 2010.

Contribuição Social e Imposto de Renda

Os tributos sobre o resultado no 1º trimestre de 2011, de R\$ 257.175, apresentaram uma redução de 5,4% (R\$ 14.606) em relação do mesmo trimestre de 2010, a qual reflete basicamente a redução no Lucro Antes dos Tributos (4,8%).

Lucro Líquido e EBITDA

Em função dos fatores expostos acima, o lucro líquido apurado neste trimestre, foi de R\$ 465.875, sendo 4,5% (R\$ 21.988) menor que o mesmo período de 2010.

O EBITDA ajustado (Lucro líquido do trimestre excluindo os efeitos de entidade de previdência privada, depreciação, amortização, resultado financeiro, equivalência patrimonial, contribuição social e imposto de renda) para o 1º trimestre de 2011 foi de R\$ 1.019.976, sendo 3,9% (R\$ 38.320) maior que o EBITDA apurado no mesmo período de 2010.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DAS CONTROLADAS/COLIGADAS

Controlada/Coligada: Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL

A controlada Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL é uma companhia aberta, e seu comentário de desempenho individual consta de suas Informações Trimestrais - ITR, de 31 de março de 2011, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Controlada/Coligada: CPFL Geração de Energia S.A.

A controlada CPFL Geração de Energia S/A é uma companhia aberta, e seu comentário de desempenho individual e consolidado consta de suas Informações Trimestrais – ITR, de 31 de março de 2011, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Controlada/Coligada: Companhia Piratininga de Força e Luz

A controlada Companhia Piratininga de Força e Luz é uma companhia aberta, e seu comentário de desempenho consta de suas Informações Trimestrais - ITR, de 31 de março de 2011, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Controlada/Coligada: Rio Grande Energia S.A.

A controlada Rio Grande Energia S/A é uma companhia aberta, e seu comentário de desempenho individual e consolidado consta de suas Informações Trimestrais – ITR, de 31 de março de 2011, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Controlada/Coligada: CPFL Comercialização Brasil S.A.**

	Consolidado	
	01/01/2011 a 31/03/2011	01/01/2010 a 31/03/2010
Receita Líquida	357.339	342.886
Custo Com Energia Elétrica	-252.918	-238.960
Despesas Operacionais	-19.631	-11.256
Pessoal	-5.710	-3.970
Material	-562	-292
Serviços de terceiros	-9.592	-5.272
Depreciação e amortização	-1.048	-591
Outras despesas	-2.719	-1.131
Resultado do Serviço	84.790	92.670
Resultado Financeiro	-1.345	535
Receitas Financeiras	5.219	5.474
Despesas Financeiras	-6.564	-4.939
Lucro Antes dos Tributos	83.445	93.205
Contribuição social	-7.293	-8.139
Imposto de renda	-20.020	-22.552
Lucro Líquido do Período	56.132	62.514
EBITDA	85.838	93.261

Receita Bruta

A Receita Bruta consolidada do 1ºT11 foi de R\$ 404.964, demonstrando um aumento de R\$ 20.646 (5,4%) em relação ao mesmo trimestre de 2010. Este incremento representa basicamente: i) aumento na receita de fornecimento de energia em R\$ 35.246 decorrente do incremento nas vendas em 44 GWh (R\$ 6.893 MM) e no preço médio em 23,2% (R\$ 28.353); ii) redução na receita de suprimento em R\$ 28.132 em função de queda nas venda em 434 GWh (R\$ 41.951) compensado por aumento no preço médio em 5,8% (R\$ 13.638; e iii) aumento de R\$ 13 MM explicado basicamente pelo incremento de R\$ 9.448 de indenização paga pela Anglos Ferrus por conta da desconstrução de energia.

Lucro Líquido do Período e EBITDA

O lucro líquido apurado no 1ºT11 foi de R\$ 56.132, demonstrando uma redução de R\$ 5.975 (10,2%), quando comparado com o mesmo trimestre de 2010.

O EBITDA (Lucro líquido antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social, depreciação, amortização) para o 1ºT11 foi de R\$ 85.838, sendo 8% menor que o apurado para o mesmo trimestre de 2010 que foi R\$ 93.261 (informações não revisadas pelos Auditores Independentes).

Notas Explicativas



CPFL Energia S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010
 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
CIRCULANTE				
Caixa e equivalente de caixa (nota 5)	81.004	110.958	1.967.201	1.562.897
Consumidores, concessionárias e permissionárias (nota 6)	-	-	1.854.718	1.816.073
Dividendo e juros sobre o capital próprio	412.648	412.648	-	-
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	42.929	42.533	42.929	42.533
Tributos a compensar (nota 8)	35.295	34.992	198.106	193.020
Derivativos (nota 32)	-	-	189	244
Estoques	-	-	29.176	24.856
Arrendamentos	-	-	4.807	4.754
Outros créditos (nota 11)	261	505	391.979	253.812
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	572.137	601.635	4.489.104	3.898.190
NÃO CIRCULANTE				
Consumidores, concessionárias e permissionárias (nota 6)	-	-	194.227	195.738
Coligadas, controladas e controladora	30.648	14.875	-	-
Depósitos judiciais (nota 21)	10.859	10.676	938.884	890.685
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	31.372	39.216	64.437	72.823
Tributos a compensar (nota 8)	2.787	2.787	146.092	138.966
Derivativos (nota 32)	-	-	8	82
Créditos fiscais diferidos (nota 9)	177.771	177.729	1.109.579	1.183.460
Arrendamentos	-	-	25.577	26.315
Ativo financeiro da concessão (nota 10)	-	-	1.016.709	934.646
Entidade de previdência privada (nota 18)	-	-	5.800	5.800
Investimentos ao custo	-	-	116.654	116.654
Outros créditos (nota 11)	26.031	27.514	245.617	222.100
Investimentos (nota 12)	6.653.428	6.167.072	-	-
Imobilizado (nota 13)	149	158	5.929.223	5.786.465
Intangível (nota 14)	218	255	6.559.794	6.584.874
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.933.263	6.440.282	16.352.602	16.158.607
TOTAL DO ATIVO	7.505.400	7.041.917	20.841.707	20.056.797

Notas Explicativas



CPFL Energia S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
CIRCULANTE				
Fornecedores (nota 15)	2.157	1.768	1.100.624	1.047.385
Encargos de dívidas (nota 16)	-	-	86.718	40.516
Encargos de debêntures (nota 17)	3.701	15.529	120.233	118.066
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	-	-	945.642	578.867
Debêntures (nota 17)	-	-	1.362.464	1.509.958
Entidade de previdência privada (nota 18)	-	-	38.438	40.103
Taxas regulamentares (nota 19)	-	-	128.712	123.541
Impostos, taxas e contribuições (nota 20)	381	437	522.544	455.248
Dividendo e juros sobre capital próprio	16.338	16.360	23.792	23.813
Obrigações estimadas com pessoal	39	204	68.434	58.688
Derivativos (nota 32)	258	123	38.450	3.982
Uso do bem público (nota 22)	-	-	17.438	17.287
Outras contas a pagar (nota 23)	6.661	6.824	496.032	410.869
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	29.535	41.246	4.949.522	4.428.322
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Encargos de dívidas (nota 16)	-	-	24.594	29.155
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	-	-	4.839.164	4.917.843
Debêntures (nota 17)	450.000	450.000	2.158.934	2.212.314
Entidade de previdência privada (nota 18)	-	-	530.089	570.877
Impostos, taxas e contribuições (nota 20)	-	-	773	960
Débitos fiscais diferidos (nota 9)	-	-	277.359	277.767
Provisões para contingências (nota 21)	10.835	10.666	300.516	291.265
Derivativos (nota 32)	540	460	571	7.883
Uso do bem público (nota 22)	-	-	426.224	429.632
Outras contas a pagar (nota 23)	44.444	45.837	102.020	141.124
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	505.819	506.964	8.660.246	8.878.819
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 24)				
Capital social	4.793.424	4.793.424	4.793.424	4.793.424
Reservas de capital	16	16	16	16
Reservas de lucros	418.665	418.665	418.665	418.665
Dividendo adicional proposto	486.040	486.040	486.040	486.040
Reserva de avaliação patrimonial	805.591	795.563	805.591	795.563
Lucros acumulados	466.309	-	466.309	-
	6.970.046	6.493.708	6.970.046	6.493.708
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	-	261.893	255.948
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.970.046	6.493.708	7.231.939	6.749.656
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.505.400	7.041.917	20.841.707	20.056.797

Notas Explicativas

CPFL Energia S.A.
 Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 31 de março de 2011 e de 2010
 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
	1º Trimestre	1º Trimestre	1º Trimestre	1º Trimestre
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1	-	3.022.784	2.878.725
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				
Custo com energia elétrica (nota 27)	-	-	(1.418.661)	(1.407.308)
Custo de operação	-	-	(253.813)	(240.286)
Custo do serviço prestado a terceiros	-	-	(213.767)	(151.613)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	1	-	1.136.543	1.079.518
DESPESAS OPERACIONAIS (nota 28)				
Despesas com vendas	-	-	(73.071)	(63.910)
Despesas gerais e administrativas	(6.198)	(4.796)	(154.805)	(119.392)
Outras despesas operacionais	(36.297)	(35.362)	(54.510)	(54.565)
RESULTADO DO SERVIÇO	(42.495)	(40.158)	854.156	841.651
Resultado de participações societárias	506.095	523.779	-	-
RESULTADO FINANCEIRO (nota 29)				
Receitas financeiras	9.266	14.226	125.914	100.427
Despesas financeiras	(13.119)	(16.236)	(257.020)	(182.434)
	(3.863)	(2.010)	(131.106)	(82.007)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	459.738	481.611	723.050	759.644
Contribuição social (nota 9)	-	336	(68.792)	(72.542)
Imposto de renda (nota 9)	42	979	(188.383)	(199.239)
	42	1.315	(257.175)	(271.781)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	459.780	482.926	465.875	487.863
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores			459.780	482.926
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores			6.095	4.937
Lucro por ação básico e diluído	0,96	1,01		

Notas Explicativas



CPFL Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o trimestre findo em 31 de março de 2011

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Dividendo Adicional Proposto	Reserva de avaliação patrimonial		Lucros Acumulados	Total
					Custo Atribuído	Instrumentos Financeiros		
Saldos em 31 de dezembro de 2010	4.793.424	16	418.665	486.040	609.732	185.830	-	6.493.708
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	459.780	459.780
Movimentação do Resultado Abrangente Acumulado:								
- Ganho (Perda) em instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	25.087	-	25.087
- Efeitos fiscais sobre instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	(8.530)	-	(8.530)
- Realização de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	(12)	12	-
- Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	(9.875)	-	9.875	-
- Efeito fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	3.357	-	(3.357)	-
Outras movimentações de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2011	4.793.424	16	418.665	486.040	603.215	202.376	466.309	6.970.046

Notas Explicativas



CPFL Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o trimestre findo em 31 de março de 2010
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Dividendo Adicional Proposto	Reserva de avaliação patrimonial		Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
					Custo Atribuído	Instrumentos Financeiros		
Saldos em 31 de dezembro de 2009	4.741.175	16	341.751	655.017	635.871	129.796	(234.278)	6.269.348
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	482.926	482.926
Movimentação do Resultado Abrangente Acumulado:								
- Ganho (Perda) em instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	19.583	-	19.583
- Efeitos fiscais sobre instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	(6.658)	-	(6.658)
- Realização de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	(19)	19	-
- Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	(9.887)	-	9.887	-
- Efeito fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	3.362	-	(3.362)	-
Outras movimentações de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2010	4.741.175	16	341.751	655.017	629.346	142.702	255.192	6.765.199

Notas Ex

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL				
Lucro Líquido Incluindo CSLL e IRPJ	459.738	481.611	723.050	759.644
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Depreciação e Amortização	36.342	35.392	188.171	161.807
Provisão para Contingências	-	-	7.544	9.152
Encargos de Dívida e Atualizações Monetárias e Cambiais	9.279	4.499	182.653	127.152
(Ganho) Perda com Plano de Pensão	-	-	(21.579)	(21.799)
Equivalência Patrimonial	(506.095)	(523.779)	-	-
Perda (Ganho) na Baixa de não circulante	-	-	-	1.422
PIS e COFINS Diferidos	-	-	12.841	15.077
REDUÇÃO (AUMENTO) NOS ATIVOS OPERACIONAIS				
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-	-	(37.103)	(30.368)
Dividendo e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	-	6.999	-	-
Tributos a Compensar	(150)	(453)	(12.130)	18.396
Operações de Arrendamento	-	-	(1.063)	-
Depósitos Judiciais	(13)	-	(32.564)	(24.740)
Outros Ativos Operacionais	1.727	76	(112.492)	(24.794)
AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS				
Fornecedores	389	7	53.235	(36.720)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-	-	(207.974)	(186.329)
Outros Tributos e Contribuições Sociais	(56)	76	75.410	16.051
Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-	-	(20.874)	(21.514)
Encargos de Dívidas Pagos	(24.451)	(19.398)	(138.993)	(152.252)
Taxas Regulamentares	-	-	5.171	36.891
Outros Passivos Operacionais	(1.721)	4.947	55.451	22.036
CAIXA (UTILIZADO) ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(25.011)	(10.023)	718.754	669.112
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisições de Imobilizado	-	(124)	(191.357)	(113.839)
Títulos e Valores Mobiliários	11.013	10.060	13.464	3.191
Operações de Arrendamento	-	-	1.747	-
Adições de Intangível	-	-	(220.924)	(175.388)
Venda de Ativo não circulante	-	(45)	-	2.868
Operações de Mútuo com Controladas e Coligadas	(15.927)	(799)	-	-
Outros	-	1	-	2.945
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(4.914)	9.093	(397.070)	(280.223)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Captação de Empréstimos e Debêntures	-	-	380.832	159.561
Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures, líquida de derivativos	(7)	(198)	(298.190)	(342.398)
Dividendo e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(22)	(40)	(22)	(3.000)
(UTILIZAÇÃO) GERAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(29)	(238)	82.620	(185.837)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(29.954)	(1.168)	404.304	203.052
SALDO INICIAL DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	110.958	219.126	1.562.897	1.487.243
SALDO FINAL DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	81.004	217.958	1.967.201	1.690.295

	1º Trimestre 2011	1º Trimestre 2010	1º Trimestre 2011	1º Trimestre 2010
1 - Receita	1	-	4.606.080	4.555.993
1.1 Receita de venda de energia e serviços	1	-	4.296.162	4.100.337
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	-	-	112.683	319.512
1.3 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	-	-	213.602	150.444
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(16.367)	(11.773)
1.5 Outras receitas	-	-	-	(2.527)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(4.957)	(3.873)	(2.097.537)	(2.206.596)
2.1 Custo com energia elétrica	-	-	(1.587.464)	(1.581.836)
2.2 Material	(17)	(15)	(184.798)	(166.868)
2.3 Serviços de terceiros	(3.555)	(2.802)	(250.095)	(374.611)
2.4 Outros	(1.385)	(1.056)	(75.180)	(83.281)
		-		
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	(4.956)	(3.873)	2.508.543	2.349.397
4 - Retenções	(36.342)	(35.392)	(197.737)	(169.313)
4.1 Depreciação e amortização	(45)	(30)	(151.723)	(123.705)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(36.297)	(35.362)	(46.013)	(45.608)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	(41.298)	(39.265)	2.310.806	2.180.084
6 - Valor adicionado recebido em transferência	515.351	538.005	126.121	101.930
6.1 Receitas financeiras	9.256	14.226	126.121	101.930
6.2 Equivalência patrimonial	506.095	523.779	-	-
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	474.053	498.740	2.436.927	2.282.014
8 - Distribuição do valor adicionado	474.053	498.740	2.436.927	2.282.014
8.1 Pessoal	865	732	122.191	117.587
8.1.1 Remuneração direta	854	683	101.725	89.768
8.1.2 Benefícios	(76)	19	12.419	20.754
8.1.3 F.G.T.S	87	30	8.047	7.065
8.2 Impostos, taxas e contribuições	274	(1.178)	1.573.158	1.476.818
8.2.1 Federais	270	(1.178)	839.085	790.887
8.2.2 Estaduais	4	-	728.476	680.908
8.2.3 Municipais	-	-	5.598	5.023
8.3 Remuneração de capital de terceiros	13.134	16.260	275.703	199.746
8.3.1 Juros	13.118	16.236	269.451	196.775
8.3.2 Aluguéis	16	24	6.252	2.971
8.4 Remuneração de capitais próprios	459.780	482.926	465.875	487.863
8.4.1 Lucros retidos	459.780	482.926	465.875	487.863

Notas Explicativas

CPFL ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como *holding*, participando no capital de outras sociedades, dedicadas primariamente às atividades de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica no Brasil.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1510 - 14º andar - Cj 2 - Vila Olímpia - São Paulo - SP - Brasil.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas operacionais (informações sobre área de concessão, número de clientes, capacidade de produção de energia e dados correlatos não são examinados pelos auditores independentes):

Distribuição de energia	Tipo de Sociedade	Participação Societária	Localização (Estado)	Nº de municípios	Nº de consumidores aproximados (em milhares)	Prazo da concessão	Término da concessão
Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista")	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Interior de S. Paulo	234	3.661	30 anos	Novembro de 2027
Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga")	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Interior de S. Paulo	27	1.439	30 anos	Outubro de 2028
Rio Grande Energia S.A. ("RGE")	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Interior do Rio Grande do Sul	262	1.272	30 anos	Novembro de 2027
Companhia Luz e Força Santa Cruz ("CPFL Santa Cruz")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de São Paulo e Paraná	27	180	16 anos	Julho de 2015
Companhia Leste Paulista de Energia ("CPFL Leste Paulista")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de S. Paulo	7	51	16 anos	Julho de 2015
Companhia Jaguarí de Energia ("CPFL Jaguarí")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de S. Paulo	2	33	16 anos	Julho de 2015
Companhia Sul Paulista de Energia ("CPFL Sul Paulista")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de S. Paulo	5	72	16 anos	Julho de 2015
Companhia Luz e Força de Mococa ("CPFL Mococa")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de São Paulo e Minas Gerais	4	41	16 anos	Julho de 2015

Geração de energia - em operação	Tipo de Sociedade	Participação Societária	Localização (Estado)	Nº usinas / tipo de energia	Potência instalada	
					Total	Participação CPFL
CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração")	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	São Paulo, Goiás e Minas Gerais	1 Hidrelétrica, 20 PCHs e 1 térmica*	812 MW	812 MW
Foz do Chapecó Energia S.A. ("Foz do Chapecó")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 51%	Santa Catarina e Rio Grande do Sul	1 Hidrelétrica	855 MW	436 MW
Campos Novos Energia S.A. ("ENERCAN")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 48,72%	Santa Catarina	1 Hidrelétrica	880 MW	429 MW
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas ("CERAN")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 65%	Rio Grande do Sul	3 Hidrelétricas	360 MW	234 MW
BAESA - Energética Barra Grande S.A. ("BAESA")	Sociedade por ações de capital aberto	Indireta 25,01%	Santa Catarina e Rio Grande do Sul	1 Hidrelétrica	690 MW	173 MW
Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 51%	Paraíba	2 Térmicas	342 MW	174 MW
Paulista Lajeado Energia S.A. ("Paulista Lajeado")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 59,93%**	São Paulo	1 Hidrelétrica	903 MW	63 MW
CPFL Bioenergia S.A. ("CPFL Bioenergia")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	São Paulo	1 Térmica (Biomassa)	45 MW	45 MW
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. ("CPFL Sul Centrais Elétricas")	Sociedade Limitada	Indireta 100%	Rio Grande do Sul	4 PCHs (RS)	2,65 MW	2,65 MW

(*) PCH - Pequena Central Hidrelétrica

(**) A Paulista Lajeado possui 7% de participação na potência instalada Investco S.A.

Notas Explicativas

Geração de energia - em desenvolvimento	Tipo de Sociedade	Participação Societária	Localização	Nº usinas / tipo de energia	Data prevista para início das operações	Potência Instalada prevista
CPFL Bio Formosa S.A. ("CPFL Bio Formosa")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Térmica (Biomassa)	2011	40 MW
CPFL Bio Burity S.A. ("CPFL Bio Burity")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	São Paulo	1 Térmica (Biomassa)	2011	50 MW
CPFL Bio Ipê S.A. ("CPFL Bio Ipê")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	São Paulo	1 Térmica (Biomassa)	2011	25 MW
CPFL Bio Pedra S.A. ("CPFL Bio Pedra")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	São Paulo	1 Térmica (Biomassa)	2012	70 MW
Santa Clara I Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara I")	Sociedade Limitada	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	30 MW
Santa Clara II Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara II")	Sociedade Limitada	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	30 MW
Santa Clara III Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara III")	Sociedade Limitada	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	30 MW
Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara IV")	Sociedade Limitada	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	30 MW
Santa Clara V Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara V")	Sociedade Limitada	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	30 MW
Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara VI")	Sociedade Limitada	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	30 MW
Eurus VI Energias Renováveis Ltda. ("Eurus VI")	Sociedade Limitada	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	30 MW
Campo dos Ventos I Energias Renováveis S.A. ("Campo dos Ventos I")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	30 MW
Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A. ("Campo dos Ventos II")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	30 MW
Campo dos Ventos III Energias Renováveis S.A. ("Campo dos Ventos III")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	30 MW
Campo dos Ventos IV Energias Renováveis S.A. ("Campo dos Ventos IV")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	30 MW
Campo dos Ventos V Energias Renováveis S.A. ("Campo dos Ventos V")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	30 MW
Eurus V Energias Renováveis S.A. ("Eurus V")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	30 MW

Comercialização de Energia e Serviços	Tipo de Sociedade	Atividade preponderante	Participação Societária
CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil")	Sociedade por ações de capital fechado	Comercialização de energia, consultoria e assessoramento a agentes no setor de energia	Direta 100%
Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda. ("CPFL Meridional")	Sociedade Limitada	Comercialização e prestação de serviços de energia	Indireta 100%
CPFL Comercialização Cone Sul S.A. ("CPFL Cone Sul")	Sociedade por ações de capital fechado	Comercialização de energia	Indireta 100%
CPFL Planalto Ltda. ("CPFL Planalto")	Sociedade Limitada	Comercialização de energia	Direta 100%
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. ("CPFL Serviços")	Sociedade por ações de capital fechado	Fabricação, comercialização, locação e manutenção de equipamentos eletro-mecânicos e prestação de serviços	Direta 100%
Chumpitaz Serviços S.A. ("Chumpitaz")	Sociedade por ações de capital fechado	Prestação de serviços administrativos	Direta 100%
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda. ("CPFL Atende")	Sociedade Limitada	Prestação de serviços de tele-atendimento	Direta 100%

Notas Explicativas

Outras	Tipo de Sociedade	Atividade preponderante	Participação Societária
CPFL Jaguariuna S.A. ("CPFL Jaguariuna")	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade de Participação	Direta 100%
Companhia Jaguarí de Geração de Energia ("Jaguarí Geração")	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade de Participação	Direta 100%
Chapecoense Geração S.A. ("Chapecoense")	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade de Participação	Indireta 51%
CPFL Bio Anicuns S.A. ("Anicuns")	Sociedade por ações de capital fechado	Estudos e projetos para geração de energia	Indireta 100%
CPFL Bio Itapaci S.A. ("Itapaci")	Sociedade por ações de capital fechado	Estudos e projetos para geração de energia	Indireta 100%
Sul Geradora Participações S.A. ("Sul Geradora")	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade de Participação	Indireta 99,95%

Controladas que iniciaram suas atividades operacionais em 2010 e 2011

Centrais Elétricas da Paraíba S.A.

A Epasa tem como objetivo desenvolver, implementar, operar e explorar 2 (duas) usinas termoeletricas, denominadas "UTE Termoparaíba" e "UTE Termonordeste", ambas movidas a óleo combustível. O início das operações ocorreu em 24 de dezembro de 2010 para a UTE Termonordeste e 13 de janeiro de 2011 para a UTE Termoparaíba.

Chapecoense Geração S.A.

A controlada em conjunto Chapecoense Geração tem como objetivo construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó, Em 2010, entraram em operação 3 (três) unidades geradoras com potência instalada de 213,75 MW cada, cujas datas foram 14 de outubro, 23 de novembro e 30 de dezembro. A última unidade geradora entrou em operação em 12 de março de 2011.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1 Base de preparação

As informações trimestrais ("ITR's") individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") (em especial o CPC 21 – Demonstrações Intermediárias), e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Dessa forma, as práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas Informações Trimestrais estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010, e portanto, devem ser analisadas em conjunto.

Notas Explicativas

2.2 Base de mensuração

As informações trimestrais foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais registrado nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, iii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo, iv) ativo imobilizado ajustado para refletir o “custo atribuído” na data de transição, e v) ativo atuarial que possui seu reconhecimento limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações trimestrais exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adotem estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do exercício financeiro são:

- Nota 09 – Créditos e Débitos Fiscais Diferido;
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão;
- Nota 14 – Intangível;
- Nota 18 – Entidade de Previdência Privada;
- Nota 21 – Provisão para Contingências, e
- Nota 32 – Instrumentos Financeiros e Riscos Operacionais.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as informações trimestrais individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.5 Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

Para aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação

Notas Explicativas

não-controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (geralmente o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente na demonstração de resultados do período.

(ii) Controladas e controladas em conjunto:

As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto (joint venture) são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle (total ou compartilhado), se inicia até a data em que deixa de existir.

Operações controladas em conjunto são operações onde as atividades do empreendimento, direta ou indiretamente, são controladas em conjunto com outros investidores, por meio de acordo contratual que exige consentimento unânime para as decisões financeiras e operacionais.

As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas integrais e proporcionalmente para as controladas em conjunto.

Saldo e transações entre empresas do grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Respeitadas as condições descritas acima, a parcela relativa aos acionistas não controladores está evidenciada no patrimônio líquido e destacada após a demonstração do resultado em cada período apresentado.

(iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrado como transações entre acionistas. Conseqüentemente nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

2.6 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

A Administração da Companhia utiliza-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em: (i) atividades de distribuição de energia elétrica (“Distribuição”); (ii) atividades de geração de energia elétrica (“Geração”); (iii) atividades de comercialização de energia e prestação de serviços (“Comercialização”); e (iv) outros, basicamente correspondendo a serviços corporativos e outras atividades não relacionadas nos itens anteriores.

Notas Explicativas

Estão incluídos na apresentação dos segmentos operacionais, itens diretamente a eles atribuíveis, bem como eventuais alocações necessárias, incluindo ativos intangíveis.

2.7 Informações sobre Participações Societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e controladas em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1. Exceto (i) pelas controladas em conjunto ENERCAN, BAESA, Foz do Chapecó e EPASA que são consolidadas proporcionalmente, e (ii) o investimento registrado ao custo pela controlada Paulista Lajeado na Investco, as demais entidades são consolidadas de forma integral.

Em 31 de março de 2011, a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros detida nas controladas CERAN e Paulista Lajeado.

2.8 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais de acordo com as normas do CPC, aplicáveis as companhias abertas, enquanto que para as normas IFRS representam informação financeira adicional.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas informações trimestrais individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados.

3.1 Contratos de Concessão

O ICPC 01 “Contratos de Concessão” estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e é aplicável para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura das concessionárias de distribuição é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs e nas normas IFRSs, de modo que seja registrado nas demonstrações financeiras (i) um ativo intangível correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e (ii) um ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização) mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão é determinado pelo seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos estabelecida pelo órgão regulador. O ativo financeiro enquadra-se na categoria de disponível para venda e é atualizado e amortizado anualmente de acordo com a atualização de seu valor justo, tendo como contrapartida a conta de Reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção, tendo como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica.

Em função (i) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como as controladas gerenciam as construções através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do período nos mesmos montantes.

3.2 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

- i. Registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam estes ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do período.

Os principais ativos financeiros que a Companhia e suas controladas têm classificados nesta categoria são: (i) saldos bancários e aplicações financeiras (nota 5), (ii) títulos e valores mobiliários (nota 7) e (iii) derivativos (nota 32).

- ii. Mantidos até o vencimento: são ativos para os quais a Companhia e suas controladas possuem intenção e capacidade de manter até o vencimento. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após seu reconhecimento inicial, mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

A Companhia e suas controladas classificaram nesta categoria o título recebível com a CESP (nota 7).

- iii. Empréstimos e recebíveis: são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e, após o reconhecimento inicial, reconhecidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

A Companhia e suas controladas têm como principais ativos financeiros classificados nesta categoria: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias (nota 6) e, (ii) outros créditos (nota 11).

- iv. Disponíveis para venda: são ativos não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não se classifiquem em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento

Notas Explicativas

inicial, os juros calculados pelo método da taxa efetiva são reconhecidos na demonstração de resultado como parte da receita operacional líquida, enquanto que as variações para registro ao valor justo são reconhecidas na Reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. O resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do período no momento da realização do ativo.

A Companhia e suas controladas têm como principal ativo financeiro classificado nesta categoria o direito à indenização ao término da concessão. A opção pela designação deste instrumento como disponível para venda deve-se a sua não classificação nas demais categorias descritas. Uma vez que a Administração acredita que a indenização se dará, no mínimo, conforme modelo de precificação de tarifas atual, o registro deste instrumento como empréstimos e recebíveis não é possível uma vez que a indenização não será fixa ou determinável, pelo fato de existirem incertezas em relação ao valor de sua recuperação dada a outras razões que não a deterioração do crédito. As principais incertezas devem-se ao risco de não reconhecimento de parte destes ativos pelo órgão regulador e de seus respectivos preços de reposição no término da concessão (nota 4).

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais passivos financeiros:

- i. Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou, (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.

A Companhia e suas controladas classificaram nesta categoria os seguintes passivos financeiros: (i) algumas dívidas em moedas estrangeiras (nota 16) e, (ii) derivativos (nota 32).

- ii. Não mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são: (i) fornecedores (nota 15), (ii) empréstimos e financiamentos (nota 16), (iii) encargos de dívidas (nota 16); (iv) encargos de debêntures (nota 17); (v) debêntures (nota 17); (vi) uso do bem público (nota 22); e (vii) outras contas a pagar (nota 23).

A Companhia realiza o registro contábil de garantias quando estas são realizadas para entidades não controladas ou quando a garantia é concedida em um percentual maior que o de sua participação. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de (i) um passivo correspondendo a receita a ser apropriada que será reconhecida posteriormente a medida em que a Companhia esteja livre de tal obrigação, e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida, amortizada posteriormente pelo recebimento de caixa ou pelo método linear ao resultado.

Notas Explicativas

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

3.3 Arrendamentos:

No começo de um contrato deve-se determinar se um contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente.

Os arrendamentos nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos/recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas/receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais contemplam não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário são classificados como arrendamentos financeiros.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendatária, os bens são capitalizados ao ativo imobilizado no início do arrendamento em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado é depreciado de acordo com a política aplicável para o ativo.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendadora, o investimento é inicialmente reconhecido pelos custos incorridos na construção/aquisição do bem.

Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício durante o período do arrendamento de modo que seja obtida uma taxa constante sobre o saldo do investimento/passivo existente.

3.4 Imobilizado:

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Notas Explicativas

O processo de avaliação dos ativos de acordo com as regras do CPC e IFRS na data de transição foi realizado através da segregação em dois grupos:

- Ativos avaliados pelo custo atribuído na data de transição: modelo adotado para os ativos construídos e postos em serviço a longa data em que não seja possível a reconstrução da formação de seu custo ou em que o custo associado a este levantamento não traga um benefício para a apresentação destas demonstrações financeiras. Desta forma, o custo destes ativos imobilizados na data de transição foi determinado de acordo com o seu respectivo valor de mercado ("custo atribuído") e os valores reavaliados estão sendo apresentados tanto para o custo como para a depreciação acumulada. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais.

- Ativos avaliados pelo custo histórico: modelo adotado pela Companhia para ativos recém construídos em que a base de formação do custo é facilmente comprovada e que os valores a custos históricos estejam próximos de seus respectivos valores de mercado. Para estes casos, as controladas procederam análise de modo a assegurar que a composição do custo esteja em consonância com as atuais práticas contábeis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme orientação e definição do órgão regulador. Para as geradoras sujeitas à regulamentação do Decreto 2003 de 1996, os ativos estão sendo depreciados pelas taxas estabelecidas pelo órgão regulador, desde que não ultrapassem o prazo da concessão.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades reguladas são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

3.5 Intangível:

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios e direito de exploração de concessões, software e servidão.

O ágio ("goodwill") resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, não estão sujeitos a amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Notas Explicativas

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do período referente a aquisição.

Nas demonstrações financeiras individuais, o ágio é incluído ao valor contábil do investimento, sendo apresentado como intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões pode ter três origens distintas, fundamentadas pelos argumentos a seguir:

- i. Adquiridos através de combinações de negócios: A parcela do ágio oriunda de combinações de negócios que corresponde ao direito de exploração da concessão está sendo apresentado como ativo intangível. Estes valores são amortizados com base na curva do lucro líquido projetado das concessionárias para o prazo remanescente da concessão.
- ii. Investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 – Contratos de Concessão): Em função dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica firmados pelas controladas, o ativo intangível é registrado correspondendo ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para maiores informações vide nota 3.1.

Os itens que compõem a infraestrutura são vinculados diretamente à operação da Companhia, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

- iii. Uso do Bem Público: Algumas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período remanescente da concessão.

3.6 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo, e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda

Notas Explicativas

incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

- **Custo amortizado:** pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.
- **Disponíveis para venda:** pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado.

Nos casos onde em períodos subsequentes ao reconhecimento da perda, tenha sido identificado um aumento (ganho), a perda de valor é revertida contra o montante da reversão reconhecido no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida na Reserva de avaliação patrimonial.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, são testados anualmente para a verificação se os valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

Uma das formas utilizadas para avaliação do impairment, são os testes realizados com base em seu valor em uso. Para estes casos, os ativos (ex: ágio) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificado um problema de realização, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, anualmente também é realizada uma análise para possível reversão do impairment.

O ágio integrante do valor contábil de um investimento em uma coligada, por não ser reconhecido individualmente, é testado em conjunto com o valor total do investimento, como se fosse um ativo único.

3.7 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.8 Benefícios a empregados

Notas Explicativas

As controladas possuem benefícios pós-emprego e planos de pensão, reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com o CPC 33 – “Benefícios a Empregados”. Apesar dos planos possuírem particularidades, tem as seguintes características:

- i. Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do período em que os serviços são prestados.
- ii. Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes através do método da unidade de crédito projetada. As controladas utilizam-se do corredor para evitar que oscilações nas condições macroeconômicas distorçam o resultado do período. Desta forma, as diferenças acumuladas entre as estimativas atuariais e os resultados reais não são registrados nas demonstrações financeiras a menos que excedam 10% do maior valor entre o passivo e ativo dos planos. Os ganhos e perdas não registrados que ultrapassarem este limite são registrados ao resultado do exercício pelo prazo esperado de serviço remanescente dos funcionários. Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao total de quaisquer custos de serviço passado não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.9 Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis internacionais, CPC 24 e ICPC 08, apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado, só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, serão mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das referidas demonstrações.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendos e juros sobre o capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendos intermediários na data base 30 de junho só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Com a nova prática contábil, os juros sobre o capital próprio não mais transitam pela demonstração do resultado do exercício, estando os efeitos demonstrados apenas na mutação do patrimônio líquido e na taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social.

3.10 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade,

Notas Explicativas

de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Não existe nenhum consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas pelo método da percentagem completada (“preço fixo”), sendo as perdas reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

3.11 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido ou na Reserva de avaliação patrimonial que já são reconhecidos líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

A Companhia e determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal. As controladas registraram, também, créditos fiscais referentes ao benefício de ágios incorporados, os quais estão sendo amortizados proporcionalmente aos lucros líquidos individuais projetados para o período remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.12 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

Notas Explicativas

3.13 Ativos e passivos regulatórios

Em consonância com o entendimento preliminar do IASB/IFRIC, ativos e passivos regulatórios não podem ser registrados nas demonstrações financeiras da Companhia por não atenderem os requerimentos de ativos e passivos descritos na Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. Desta forma, os direitos ou compensações somente são refletidos nas demonstrações financeiras no momento do consumo de energia elétrica por parte dos clientes cativos.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Imobilizado e intangível

O valor justo do imobilizado e intangível reconhecido em função de uma combinação de negócios é baseado em valores de mercado. O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos foram registrados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou valorizados através de modelo de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&F, BOVESPA e ANDIMA. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os ativos financeiros classificados como disponível para venda referem-se ao direito a indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos das concessionárias de distribuição. A metodologia adotada para valorização a mercado destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária das distribuidoras. Este processo, realizado a cada quatro ou cinco anos de acordo com cada concessionária, consiste na reavaliação ao preço de mercado da infraestrutura de distribuição. Esta base de avaliação é utilizada para precificação da tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Apesar da metodologia e critérios de avaliação da indenização no momento da reversão dos ativos ainda não ter sido definida pela União, a Administração da Companhia acredita que a indenização será avaliada tendo como base, no mínimo, o modelo de precificação das tarifas. Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IGP-M como melhor estimativa para ajustar a base original ao respectivo valor justo nas datas subsequentes, em consonância com o processo de Reajuste Tarifário.

Notas Explicativas

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Saldos bancários	49	4.700	152.609	361.749
Aplicações financeiras	80.955	106.258	1.814.592	1.201.148
Total	81.004	110.958	1.967.201	1.562.897

As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

No consolidado, o saldo é oriundo, principalmente, das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, é como segue:

	Consolidado				
	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/03/2011	31/12/2010
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	319.349	214.295	19.651	553.295	502.539
Industrial	145.906	49.984	40.956	236.846	232.943
Comercial	125.091	47.915	12.443	185.449	169.955
Rural	31.259	6.635	2.777	40.671	39.094
Poder público	28.560	6.771	955	36.286	32.614
Iluminação pública	26.988	3.781	12.112	42.881	41.749
Serviço público	33.177	5.540	725	39.442	40.055
Faturado	710.330	334.921	89.619	1.134.870	1.058.949
Não faturado	486.269	-	-	486.269	465.077
Parcelamento de débito de consumidores	80.292	8.804	26.623	115.719	112.141
Energia livre	3.838	-	-	3.838	3.727
Operações realizadas na CCEE	6.930	-	-	6.930	23.932
Concessionárias e permissionárias	176.870	-	-	176.870	193.852
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(83.903)	(83.903)	(80.692)
Outros	14.123	-	-	14.123	39.086
Total	1.478.653	343.725	32.339	1.854.718	1.816.073
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	152.926	-	-	152.926	154.436
Operações realizadas na CCEE	41.301	-	-	41.301	41.301
Total	194.227	-	-	194.227	195.738

Provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Notas Explicativas

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(80.692)
Provisão constituída	(23.299)
Recuperação de receita	6.931
Baixa de contas a receber provisionadas	13.156
Saldo em 31 de março de 2011	(83.903)

(7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Através de instrumento particular de Cessão de Crédito, a Companhia adquiriu em 2005 o crédito proveniente do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica entre a Companhia Energética de São Paulo ("CESP") (vendedora) e CPFL Brasil (compradora), correspondente ao fornecimento de energia por um período de 8 anos. O montante de recursos entregue pela Companhia à CESP será liquidado pela CPFL Brasil com os recursos provenientes da aquisição da energia produzida por aquela empresa.

Na controladora, em 31 de março de 2011, o saldo no ativo circulante é de R\$ 42.929 (R\$ 42.533 em 31 de dezembro de 2010), e no ativo não circulante é de R\$ 31.372 (R\$ 39.216 em 31 de dezembro de 2010). Esta operação é remunerada com juros anuais de 17,5% a.a., mais variação anual do IGP-M, e está sendo amortizada através de parcelas mensais, no valor correspondente à transação de compra de energia.

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
<u>Circulante</u>				
Antecipações de contribuição social - CSLL	379	379	1.600	1.425
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	872	872	2.088	2.791
IRRF s/ JCP	30.039	30.039	30.459	30.347
Imposto de renda e contribuição social a compensar	761	761	15.286	11.449
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.174	2.870	38.375	40.804
ICMS a compensar	-	-	72.835	72.999
Programa de integração social - PIS	-	-	5.096	3.801
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	42	42	19.592	13.437
Instituto nacional de seguridade social - INSS	1	1	1.846	2.230
Outros	26	26	10.929	13.736
Total	35.295	34.992	198.106	193.020
<u>Não Circulante</u>				
Contribuição social a compensar - CSLL	-	-	34.047	32.390
Imposto de renda a compensar - IRPJ	-	-	1.001	1.001
ICMS a compensar	-	-	106.776	101.380
Programa de integração social - PIS	2.787	2.787	2.855	2.855
Outros	-	-	1.413	1.340
Total	2.787	2.787	146.092	138.966

(9) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

Notas Explicativas

9.1- Composição dos Créditos e Débitos Fiscais:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
<u>Crédito/(Débito) de contribuição social</u>				
Bases negativas	42.715	42.715	49.910	51.806
Benefício fiscal do ágio incorporado	-	-	167.849	172.256
Diferenças temporariamente indedutíveis	724	724	(22.861)	(12.416)
Subtotal	43.440	43.440	194.898	211.646
<u>Crédito/(Débito) de imposto de renda</u>				
Prejuízos fiscais	129.690	129.690	143.426	143.866
Benefício fiscal do ágio incorporado	-	-	569.062	583.724
Diferenças temporariamente indedutíveis	4.642	4.599	(62.403)	(33.620)
Subtotal	134.331	134.289	650.085	693.969
<u>Crédito/(Débito) de PIS e COFINS</u>				
Diferenças temporariamente indedutíveis	-	-	(12.763)	78
Total	177.771	177.729	832.220	905.693
Total crédito fiscal	177.771	177.729	1.109.579	1.183.460
Total débito fiscal	-	-	(277.359)	(277.767)

9.2 - Benefício Fiscal do Ágio Incorporado:

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização dos ágios incorporados que o originaram, conforme o lucro líquido projetado das controladas durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 14.

	Consolidado			
	31/03/2011		31/12/2010	
	CSSL	IRPJ	CSSL	IRPJ
CPFL Paulista	92.365	256.571	94.584	262.734
CPFL Piratininga	20.807	71.397	21.274	73.002
RGE	40.267	166.291	41.117	169.805
CPFL Santa Cruz	4.415	13.883	4.705	14.794
CPFL Leste Paulista	2.472	7.528	2.622	7.986
CPFL Sul Paulista	3.561	11.114	3.767	11.758
CPFL Jaguari	2.165	6.574	2.305	7.002
CPFL Mococa	1.372	4.266	1.456	4.527
CPFL Geração	-	30.199	-	30.877
CPFL Serviços	425	1.239	425	1.239
Total	167.849	569.062	172.256	583.724

9.3 – Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis:

Notas Explicativas

	31/03/2011			31/12/2010		
	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS
Diferenças temporariamente indedutíveis						
Provisão para contingências	18.928	52.860	-	18.396	50.984	-
Entidade de previdência privada	2.841	8.890	-	3.051	9.473	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.194	20.023	-	7.426	21.026	-
Provisão energia livre	3.875	10.763	-	3.730	10.362	-
Programas de P&D e eficiência energética	16.212	45.033	-	15.079	41.883	-
Participação nos lucros e resultados	2.573	7.809	-	2.338	7.160	-
Diferença de taxas de depreciação - reavaliação	9.120	25.335	-	9.306	25.846	-
Instrumentos financeiros (IFRS / CPC)	448	1.245	-	623	1.595	-
Registro da concessão - ajuste do intangível (IFRS / CPC)	(2.488)	(6.911)	-	(1.945)	(5.404)	-
Estorno de ativos e passivos regulatórios (IFRS / CPC)	(12.675)	(35.255)	(14.536)	(1.076)	(3.030)	(1.399)
Perdas atuariais na transição de práticas contábeis (IFRS/CPC)	26.401	73.332	-	27.035	75.098	-
Outros ajustes mudanças de práticas (IFRS/CPC)	10.685	29.605	-	9.289	26.000	-
Outros	3.874	10.022	1.773	3.166	7.713	1.477
Diferenças temporariamente indedutíveis - Resultado abrangente						
Registro da concessão - ajuste do financeiro (IFRS / CPC)	(27.594)	(76.664)	-	(25.337)	(70.388)	-
Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído (IFRS/CPC)	(82.256)	(228.490)	-	(83.497)	(231.938)	-
Total	(22.861)	(62.403)	(12.763)	(12.416)	(33.620)	78

9.4 - Reconciliação dos montantes de Contribuição Social e Imposto de Renda registrados nos resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010:

	Controladora			
	1º Trimestre 2011		1º Trimestre 2010	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	459.738	459.738	481.611	481.611
Ajustes Para Refletir a Alíquota Efetiva:				
Equivalência patrimonial	(506.095)	(506.095)	(523.779)	(523.779)
Amortização de intangível adquirido	28.641	36.297	28.945	35.362
Outras adições permanentes líquidas	17	36	420	468
Base de cálculo	(17.700)	(10.024)	(12.803)	(6.338)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito fiscal apurado	1.593	2.506	1.152	1.585
Crédito fiscal não constituído	(1.593)	(2.464)	(816)	(606)
Total	-	42	336	979
Corrente	-	-	-	-
Diferido	-	42	336	979

Notas Explicativas

	Consolidado			
	1º Trimestre 2011		1º Trimestre 2010	
	C SLL	IRPJ	C SLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	723.050	723.050	759.644	759.644
Ajustes Para Refletir a Alíquota Efetiva:				
Amortização de intangível (ágio)	28.641	36.601	28.945	35.765
Realização CMC	2.592	-	3.190	-
Efeito regime lucro presumido	(6.771)	(7.837)	(6.890)	(7.979)
Exclusão Lei 11.941/09 art. 4º	44	425	-	-
Outras adições/(exclusões) permanentes líquidas	(966)	(8.572)	1.922	(2.994)
Base de cálculo	746.589	743.666	786.811	784.436
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Débito fiscal apurado	(67.193)	(185.917)	(70.813)	(196.109)
Crédito fiscal não constituído	(1.599)	(2.466)	(1.729)	(3.130)
Total	(68.792)	(188.383)	(72.542)	(199.239)
Corrente	(54.300)	(150.782)	(56.056)	(156.446)
Diferido	(14.492)	(37.601)	(16.486)	(42.793)

(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

	Consolidado
Saldo em 31/12/2010	934.646
Adições	56.990
Ajustes ao valor de mercado	25.087
Baixas	(15)
Saldo em 31/03/2011	1.016.709

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido nos contratos de concessões das distribuidoras de energia de receber caixa no momento da reversão dos ativos ao término da concessão.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração do ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento dos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. A diferença para ajustar o saldo ao respectivo valor de mercado é registrada como contrapartida na conta de Reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

Notas Explicativas**(11) OUTROS CRÉDITOS**

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Créditos a receber - consórcios	13.138	17.155	45.764	39.440
Adiantamentos - Fundação CESP	12.958	7.995	-	-
Adiantamento - Fornecedores	20.747	16.677	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	884	2.107	109.983	89.050
Fundo vinculado a empréstimo ME	-	-	20.367	21.222
Ordens em curso	118.407	50.860	-	-
Reembolso RGR	5.118	5.683	1.909	1.909
Contratos de pré-compra de energia	22.927	15.817	62.772	65.786
Adiantamento 13º salário	9.171	-	-	-
Convênios de arrecadação	62.265	48.228	-	-
Despesas antecipadas	37.075	29.550	2.212	2.722
Outros	89.287	59.739	2.611	1.972
Total	391.979	253.812	245.617	222.100

(12) INVESTIMENTOS

	Controladora	
	31/03/2011	31/12/2010
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial		
Pelo patrimônio líquido da controladora	5.287.351	4.764.698
Mais valia de ativos, líquidos	1.360.023	1.396.320
Ágio de rentabilidade futura	6.054	6.054
Total	6.653.428	6.167.072

12.1 - Participações Societárias Permanentes por equivalência patrimonial:

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Notas Explicativas

	Quantidade (mil) de ações	31/03/2011				31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/03/2010
		Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação patrimonial líquida	Resultado de equivalência patrimonial		
Investimento									
CPFL Paulista	109.810	5.141.915	109.810	990.978	175.528	990.978	808.682	175.528	236.657
CPFL Piratininga	53.031.259	2.217.863	70.587	516.531	116.880	516.531	396.907	116.880	98.874
CPFL Santa Cruz	371.772	256.447	45.331	109.653	6.366	109.653	101.759	6.366	6.302
CPFL Leste Paulista	895.373	167.338	12.217	70.925	2.881	70.925	66.912	2.881	3.138
CPFL Sul Paulista	463.482	140.390	10.000	67.159	3.965	67.159	62.467	3.965	3.256
CPFL Jaguari	212.126	94.013	5.716	47.141	3.264	47.141	43.433	3.264	2.508
CPFL Mococa	121.761	70.406	9.850	38.369	1.293	38.369	36.691	1.293	1.746
RGE	807.168	2.857.450	867.604	1.244.505	54.825	1.244.505	1.186.849	54.825	53.452
CPFL Geração	205.487.716	4.068.825	1.039.618	1.987.361	78.486	1.987.361	1.908.873	78.486	52.683
CPFL Jaguari Geração	40.108	48.671	40.108	48.539	2.205	48.539	46.334	2.205	1.328
CPFL Brasil	2.999	638.770	2.999	150.366	56.132	150.366	94.234	56.132	62.515
CPFL Planalto	630	12.299	630	9.632	3.282	9.632	6.353	3.282	2.578
CPFL Serviços	1.482.334	36.020	5.800	4.645	341	4.645	4.304	341	(1.173)
CPFL Atende (*)	1	18.611	1	(158)	596	(158)	(755)	596	(27)
Chumpitaz	100	470	0	109	109	109	0	109	-
CPFL Jaguariuna	189.620	2.668	2.481	1.596	(57)	1.596	1.654	(57)	(58)
						5.287.351	4.764.698	506.095	523.779

(*) Quantidade de Quotas

12.2 – Mais valia de ativos e ágio

A mais valia de ativos refere-se basicamente ao direito de explorar a concessão adquirido através de combinações de negócios. O ágio refere-se basicamente à aquisição de investimentos que estão suportados pela perspectiva de rentabilidade futura.

Nas demonstrações financeiras consolidadas estes valores foram reclassificados para o grupo de Intangível.

(13) IMOBILIZADO

	Consolidado							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2010	180.382	1.533.696	1.354.882	1.916.219	3.695	12.940	784.650	5.786.465
Custo	182.772	1.814.135	1.674.388	2.655.031	7.885	16.442	784.650	7.135.303
Depreciação acumulada	(2.390)	(280.439)	(319.506)	(738.812)	(4.190)	(3.502)	-	(1.348.838)
Adições	-	779	456	268	-	-	189.854	191.357
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	(18.461)	44	54	(24)	51	46	18.290	-
Depreciação	(353)	(14.706)	(18.318)	(14.536)	(291)	(395)	-	(48.599)
Saldo em 31/03/2011	161.568	1.519.813	1.337.075	1.901.927	3.455	12.591	992.795	5.929.223
Custo	164.310	1.814.958	1.674.898	2.655.275	7.937	16.496	992.795	7.326.670
Depreciação acumulada	(2.743)	(295.145)	(337.823)	(753.348)	(4.482)	(3.905)	-	(1.397.446)
Taxa média de depreciação	-	2,00%	4,00%	3,69%	20,00%	10,00%	-	

Conforme mencionado no item 3.4, determinados ativos foram avaliados na data de transição pelo custo atribuído (“deemed cost”), enquanto que outros (ativos das usinas recentemente construídas) estão registrados ao custo de aquisição, que na avaliação da Administração estão próximos dos respectivos valores de mercado. Os ativos imobilizados foram avaliados ao seu respectivo valor de mercado, com base em laudo de avaliação preparado por empresa de engenharia independente especializada em avaliação patrimonial. A mais valia no montante de R\$ 1.002.991 foi apurada para a data-

Notas Explicativas

base 1º de janeiro de 2009 e registrada no patrimônio líquido na conta de Reserva de avaliação patrimonial.

Em conformidade com o CPC 20, os juros referentes aos empréstimos tomados pelas controladas para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção. Para maiores detalhes sobre montantes capitalizados e taxa de juros adotada vide nota 29.

(14) INTANGÍVEL

	Consolidado			
	31/03/2011		31/12/2010	
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Ágio	6.054	-	6.054	6.054
Direito de concessões				
Adquirido em combinação de negócios	3.734.978	(1.739.046)	1.995.933	2.041.944
Infraestrutura de distribuição - em serviço	8.298.347	(4.955.043)	3.343.304	3.335.775
Infraestrutura de distribuição - em curso	713.570	-	713.570	694.139
Uso do bem público	407.286	(13.155)	394.131	397.984
Outro ativos intangíveis	165.286	(58.483)	106.802	108.978
Total de ativos intangíveis	13.325.521	(6.765.727)	6.559.794	6.584.874
Custo histórico			13.325.521	13.228.310
Amortização acumulada			(6.765.727)	(6.643.433)
			6.559.794	6.584.874

14.1 Intangível adquirido em combinações de negócio

A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar a concessão adquirido em combinações de negócios esta demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

	Consolidado						
	31/03/2011			31/12/2010		Taxa de amortização	
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	2011	2010	
Intangível adquirido em combinações de negócio							
Intangível adquirido não incorporado							
Controladora							
CPFL Paulista	304.861	(105.642)	199.219	204.045	5,96%	5,90%	
CPFL Piratininga	39.065	(13.046)	26.018	26.603	5,99%	6,19%	
RGE	3.150	(644)	2.506	2.560	6,81%	5,80%	
CPFL Geração	54.555	(18.590)	35.964	36.733	5,66%	6,53%	
CPFL Santa Cruz	9	(2)	8	8		8,81%	
CPFL Leste Paulista	3.333	(615)	2.718	2.887	15,8%	8,37%	
CPFL Sul Paulista	7.288	(1.278)	6.010	6.356	14,92%	7,99%	
CPFL Jaguari	5.213	(1.006)	4.207	4.503	18,00%	8,51%	
CPFL Mococa	9.110	(1.721)	7.389	7.841	15,34%	8,70%	
CPFL Jaguari Geração	7.896	(635)	7.261	7.422	7,20%	3,75%	
	434.480	(143.179)	291.301	298.957			
Controladas							
ENERCAN	10.233	(2.494)	7.739	7.916	6,90%	6,93%	
Barra Grande	3.081	(1.058)	2.023	2.069	5,98%	5,93%	
Chapecoense	7.376	(75)	7.301	7.376	4,08%	-	
EPASA	499	(5)	494	499	3,85%	-	
Parque eólico Santa Clara	31.737	-	31.737	31.737	-	-	
Parque eólico Campo dos Ventos	5.576	-	5.576	5.576	-	-	
Outros	14.480	(11.410)	3.070	3.248	4,99%	4,99%	
	72.982	(15.042)	57.940	58.421			
Subtotal	507.462	(158.221)	349.240	357.379			
Intangível adquirido já incorporado - dedutível							
Controladas							
RGE	1.120.266	(744.256)	376.010	380.711	1,68%	1,69%	
CPFL Geração	426.450	(224.490)	201.960	206.491	4,25%	3,92%	
Subtotal	1.546.716	(968.746)	577.970	587.202			
Intangível adquirido já incorporado - recomposto							
Controladora							
CPFL Paulista	1.074.026	(430.972)	643.054	658.503	5,96%	5,90%	
CPFL Piratininga	115.762	(38.660)	77.101	78.834	5,99%	6,19%	
RGE	310.128	(71.932)	238.195	243.296	6,81%	6,33%	
CPFL Santa Cruz	61.685	(30.927)	30.758	32.778	21,17%	13,07%	
CPFL Leste Paulista	27.034	(9.581)	17.453	18.507	20,25%	15,48%	
CPFL Sul Paulista	38.168	(13.295)	24.873	26.312	18,98%	15,14%	
CPFL Mococa	15.124	(5.534)	9.590	10.174	19,87%	15,96%	
CPFL Jaguari	23.600	(8.286)	15.313	16.300	22,68%	15,76%	
CPFL Jaguari Geração	15.275	(2.891)	12.384	12.659	8,17%	7,94%	
Subtotal	1.680.801	(612.079)	1.068.722	1.097.363			
Total	3.734.978	(1.739.046)	1.995.933	2.041.944			

14.2 Movimentação do ativo intangível:

A movimentação do ativo intangível para o trimestre findo em 31 de março de 2011 são como segue:

Notas Explicativas

	Consolidado						TOTAL
	Direito de concessão					Outros ativos intangíveis	
Agio	Adquirido em combinações de negócios	Uso do bem público	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Infraestrutura de distribuição - em curso			
Ativo intangível em 31/12/2010	6.054	2.041.944	397.984	3.335.775	694.139	108.978	6.584.874
Adições	-	-	-	1.963	230.554	2.132	234.649
Amortização	-	(46.013)	(3.853)	(93.766)	-	(4.308)	(147.938)
Transferência - intangíveis	-	-	-	99.374	(99.374)	-	-
Transferência - ativo financeiro	-	-	-	-	(56.990)	-	(56.990)
Transferência - Outros Ativos	-	-	-	(42)	(54.759)	-	(54.801)
Ativo intangível em 31/03/2011	6.054	1.995.933	394.131	3.343.304	713.570	106.802	6.559.794

Em conformidade com o CPC 20, os juros referentes aos empréstimos tomados pelas controladas são capitalizados para os ativos intangíveis qualificáveis. Para maiores detalhes sobre montantes capitalizados e taxa de juros adotada vide nota 29.

(15) FORNECEDORES

	Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010
<u>Circulante</u>		
Encargos de serviço do sistema	22.625	32.406
Suprimento de energia elétrica	627.676	584.018
Encargos de uso da rede elétrica	164.129	160.099
Materiais e serviços	214.037	199.264
Energia Livre	72.129	70.262
Outros	30	1.335
Total	1.100.624	1.047.385

(16) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Notas Explicativas

	Consolidado							
	31/03/2011				31/12/2010			
	Encargos - Circulante e Não Circulante	Principal		Total	Encargos - Circulante e Não Circulante	Principal		Total
Mensuradas ao custo								
Moeda Nacional								
BNDES - Repotenciação	48	4.390	7.570	12.008	55	5.040	8.498	13.593
BNDES - Investimento	13.627	361.503	3.022.047	3.397.177	8.494	329.993	3.016.364	3.354.851
BNDES - Outros	983	91.252	121.392	213.627	1.028	72.123	146.414	219.565
Instituições Financeiras	85.217	70.608	1.615.844	1.771.669	50.269	144.624	1.255.312	1.450.205
Outros	594	15.038	32.478	48.109	594	23.337	34.477	58.408
Subtotal	100.469	542.791	4.799.331	5.442.590	60.440	575.117	4.461.065	5.096.622
Moeda Estrangeira								
Instituições Financeiras	926	3.666	39.833	44.425	432	3.750	40.750	44.932
Subtotal	926	3.666	39.833	44.425	432	3.750	40.750	44.932
Total ao Custo	101.395	546.457	4.839.164	5.487.015	60.872	578.867	4.501.815	5.141.554
Mensuradas ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Instituições Financeiras	9.917	399.185	-	409.103	8.799	-	416.028	424.827
Total	9.917	399.185	-	409.103	8.799	-	416.028	424.827
Total	111.312	945.642	4.839.164	5.896.118	69.671	578.867	4.917.843	5.566.381

Notas Explicativas

Mensuradas ao custo	Consolidado		Remuneração anual	Condições de Amortização	Garantias
	31/03/2011	31/12/2010			
Moeda Nacional					
BNDES - Repotenciação					
CPFL Geração	12.008	13.593	TJLP + 3,1% a 4,3%	36 a 84 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2003 a dezembro de 2008	Aval da CPFL Paulista e CPFL Energia
BNDES/BNB - Investimento					
CPFL Paulista - FINEM III	73.985	80.711	TJLP + 3,3%	72 parcelas mensais a partir de janeiro de 2008	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Paulista - FINEM IV	240.537	256.572	TJLP + 3,28% a 3,4%	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Paulista - FINEM V	99.427	98.051	TJLP + 2,12% a 3,3%	72 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Paulista - FINEM V	35.460	35.135	Pré fixado 5,5% a 8,0%	114 parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Paulista - FINAME	49.176	36.067	Pré fixado 4,5%	96 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia
CPFL Piratininga - FINEM II	43.950	47.945	TJLP + 3,3%	72 parcelas mensais a partir de janeiro de 2008	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Piratininga - FINEM III	100.261	106.944	TJLP + 3,28% a 3,4%	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Piratininga - FINEM IV	55.853	55.099	TJLP + 2,12% a 3,3%	72 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Piratininga - FINEM IV	13.199	13.081	Pré fixado 5,5% a 8,0%	114 parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Piratininga - FINAME	25.627	22.505	Pré fixado 4,5%	96 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia
RGE - FINEM III	39.250	44.858	TJLP + 5,0%	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2008	Recebíveis / Conta Reserva
RGE - FINEM IV	163.114	163.321	TJLP + 3,28 a 3,4%	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Recebíveis / Fiança da CPFL Energia
RGE - FINEM V	60.852	59.967	TJLP + 2,12 a 3,3% a.a.	72 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Recebíveis / Fiança da CPFL Energia
RGE - FINEM V	9.729	9.710	5,5% a.a. Pré fixado	96 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2013	Recebíveis / Fiança da CPFL Energia
RGE - FINAME	5.373	4.857	Pré fixado 4,5%	96 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia
CPFL Santa Cruz	9.864	10.483	TJLP + 2,90%	54 parcelas mensais a partir de dezembro de 2010	Aval da CPFL Energia e Recebíveis
CPFL Mococa	5.171	5.475	TJLP + 2,90%	54 parcelas mensais a partir de janeiro de 2011	Aval da CPFL Energia e Recebíveis
CPFL Jaguari	4.552	4.825	TJLP + 2,90%	54 parcelas mensais a partir de dezembro de 2010	Aval da CPFL Energia e Recebíveis
CPFL Leste Paulista	6.357	3.261	TJLP + 2,90%	54 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Aval da CPFL Energia e Recebíveis
CPFL Sul Paulista	6.884	4.735	TJLP + 2,90%	54 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Aval da CPFL Energia e Recebíveis
CPFL Geração	78.165	74.531	TJLP + 1,72%	192 parcelas mensais a partir de maio de 2013	Fiança da CPFL Energia
BAESA	116.423	120.347	TJLP + 3,125% a 4,125%	144 parcelas mensais a partir de setembro de 2006	Penhor de Ações, Direito Creditório e Vinculação de Receitas
BAESA	23.027	24.244	UMBND + 3,125% (1)	144 parcelas mensais a partir de novembro de 2006	Penhor de Ações, Direito Creditório e Vinculação de Receitas
ENERCAN	265.689	273.992	TJLP + 4%	144 parcelas mensais a partir de abril de 2007	Cartas de Fiança
ENERCAN	15.091	15.932	UMBND + 4%	144 parcelas mensais a partir de abril de 2007	Cartas de Fiança
CERAN	545.133	567.451	TJLP + 3,69% a 5%	168 parcelas mensais a partir de dezembro de 2005	Aval da CPFL Energia
CERAN	51.660	53.845	UMBND + 3,69% a 5% (2)	168 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2006	Aval da CPFL Energia
Foz do Chapecó	1.016.871	996.013	TJLP + 2,49% a 2,95%	192 parcelas mensais a partir de outubro de 2011	Penhor de Ações, Direitos Creditórios e Emergente da Concessão, Vinculação de Receitas e Aval da CPFL Energia
CPFL Bioenergia - FINEM	40.269	39.512	TJLP + 1,9%	144 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Propriedade Fiduciária, Direitos Creditórios e Aval da CPFL Energia
CPFL Bioenergia - FINAME	39.805	39.369	Pré fixado 4,5%	102 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Propriedade Fiduciária, Direitos Creditórios e Aval da CPFL Energia
CPFL Sul Central - FINEM	6.681	-	TJLP + 3,5%	46 parcelas mensais a partir de abril de 2011	Penhor de direitos creditórios
CPFL Brasil - FINEM	30.061	-	TJLP + 1,87% a 1,90%	168 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Fiança CPFL Energia
CPFL Brasil - FINAME	34.038	-	Pré fixado 5,5%	106 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Fiança CPFL Energia
EPASA - BNB	95.644	95.613	Pré fixado 10%	132 parcelas mensais a partir de janeiro de 2013	Fiança Bancária
BNDES - Outros					
CPFL Brasil - Bens de Renda	5.249	6.785	TJLP + 1,94% a 2,84%	36 parcelas mensais a partir de maio de 2009	Vinculado ao bem adquirido
CPFL Brasil - Bens de Renda	1.118	-	pré fixado 4,5% e 5,5%	96 parcelas mensais a partir de março de 2012	Aval da CPFL Energia
CPFL Piratininga - Capital de Giro	102.946	105.652	TJLP + 5,0% (3)	32 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2011	Não existem garantias
CPFL Geração - FINEM - Capital de Giro	54.633	53.232	TJLP + 4,95%	24 parcelas mensais a partir de julho de 2011	Fiança da CPFL Energia
CPFL Geração - FINAME - Capital de Giro	49.681	53.896	TJLP + 4,95% (4)	23 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2011	Aval da CPFL Energia
Instituições Financeiras					
CPFL Paulista					
Banco do Brasil - Lei 8727	33.337	34.874	IGP-M + 7,42%	240 parcelas mensais a partir de maio de 1994	Arrecadação de recebíveis
Banco do Brasil	107.896	104.890	107% do CDI	Parcela única em abril de 2015	Fiança da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	205.231	199.622	98,50% do CDI	4 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	147.077	-	99,00% do CDI	2 parcelas anuais a partir de março de 2013.	Aval da CPFL Energia
CPFL Piratininga					
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	18.896	18.360	98,5% do CDI	4 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	18.874	-	99,0% do CDI	2 parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
RGE					
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	243.528	236.830	98,5% do CDI	2 e 4 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	54.306	-	99,0% do CDI	2 parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
CPFL Brasil					
FINEP	3.673	3.675	5% Pré-fixada	81 parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Recebíveis
CPFL Santa Cruz					
HSBC	46.526	45.206	CDI + 1,10%	Parcela única em junho de 2011	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	16.802	16.337	98,5% do CDI	2 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	6.674	-	99,0% do CDI	2 parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
CPFL Sul Paulista					
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	10.396	10.109	98,5% do CDI	2 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	9.199	-	99,0% do CDI	2 parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
CPFL Leste Paulista					
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	17.274	16.798	98,5% do CDI	2 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	17.155	-	99,0% do CDI	2 parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
CPFL Mococa					
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	8.716	8.476	98,5% do CDI	2 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	2.936	-	99,0% do CDI	2 parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
CPFL Jaguari					
Banco do Brasil - Capital de giro (*)	1.837	1.786	98,5% do CDI	2 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Capital de giro (**)	5.774	-	99,0% do CDI	2 parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia
CPFL Geração					
Banco Itaú BBA	100.781	103.371	106,0% do CDI	Parcela única em fevereiro de 2014	Fiança CPFL Energia
Banco do Brasil	645.409	627.432	107,0% do CDI	Parcela única em abril de 2015	Fiança CPFL Energia
CERAN					
Banco Bradesco	23.132	22.439	CDI + 1,75%	Parcela única em abril de 2012	Não existem garantias
Foz do Chapecó					
Banco Alfa	26.240	-	111,45% do CDI	Parcela única em janeiro de 2012	sem garantias
Outros					
Eletrobrás					
CPFL Paulista	9.973	10.358	RGR + 6,0% a 9,0%	Parcelas mensais até julho de 2016	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Piratininga	804	925	RGR + 6%	Parcelas mensais até julho de 2016	Recebíveis e Notas Promissórias
RGE	17.575	18.097	RGR + 6%	Parcelas mensais até junho de 2020	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Santa Cruz	3.768	3.947	RGR + 6%	Parcelas mensais até abril de 2018	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Leste Paulista	1.065	1.096	RGR + 6%	Parcelas mensais até fevereiro de 2022	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Sul Paulista	1.778	1.837	RGR + 6%	Parcelas mensais até julho de 2018	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Jaguari	105	109	RGR + 6%	Parcelas mensais até maio de 2017	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Mococa	406	415	RGR + 6%	Parcelas mensais até fevereiro de 2022	Recebíveis e Notas Promissórias
Outros	12.635	21.624			
Subtotal Moeda Nacional - Custo	5.442.590	5.096.622			

Notas Explicativas

Moeda Estrangeira						
Instituições Financeiras						
CPFL Paulista (5)						
Debt Conversion Bond	2.927	2.982	US\$ + Libor 6 meses + 0,875%	17 parcelas semestrais a partir de abril de 2004		Vinculação de Receitas Aval Governo SP
C-Bond	6.280	6.298	US\$ + 8%	21 parcelas semestrais a partir de abril de 2004		Vinculação de Receitas Aval Governo SP
Discount Bond	14.296	14.570	US\$ + Libor 6 meses + 0,8125%	Parcela única em abril de 2024		Depósito em garantia e receitas Aval Governo SP
PAR-Bond	20.923	21.082	US\$ + 6%	Parcela única em abril de 2024		Depósito em garantia e receitas Aval Governo SP
Subtotal Moeda Estrangeira - Custo	44.425	44.932				
Total Mensurados ao Custo	5.487.015	5.141.554				
Moeda Estrangeira						
Mensuradas ao valor justo						
Instituições Financeiras						
CPFL Paulista						
Banco ABN AMRO Real	409.103	424.827	Yen +1,49% (6)	Parcela única em janeiro de 2012		Não existem garantias
Total Moeda Estrangeira - Valor Justo	409.103	424.827				
Total Consolidado	5.896.118	5.566.381				

Suas controladas possuem swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação taxa de juros em reais, correspondente a:

- (1) 138,80% do CDI (3) 106,0% do CDI
 (2) 138,80% do CDI (4) 106,0% do CDI
 (5) Dada a existência de ativos indexados em dólar, consta um swap parcial no montante de R\$ 23.269 convertendo a variação da moeda para 105,95% do CDI.
 (6) 104,98% do CDI

(*) Taxa efetiva:

CPFL Paulista e CPFL Piratininga - 98,5% CDI + 2,88%;
 RGE - R\$ 85,1 milhões a 98,5% CDI + 2,88%; R\$ 147,4 milhões a 98,5% CDI + 2,28%
 CPFL Santa Cruz, CPFL Sul Paulista, CPFL Leste Paulista, CPFL Mococa, CPFL Jaguarí - 98,5% CDI + 2,28%

(**) Taxa efetiva: 99,0% do CDI + 2,88%

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia e suas controladas, em consonância com os CPCs 38 e 39, classificaram suas dívidas como (i) passivos financeiros não mensurados ao valor justo (ou mensuradas ao custo), e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 31 de março de 2011, o saldo da dívida designada ao valor justo da controlada CPFL Paulista totalizava R\$ 409.103 (R\$ 424.827 em 31 de dezembro de 2010), enquanto que o valor correspondente ao custo era de R\$ 412.633 (R\$ 429.792 em 31 de dezembro de 2010).

A mudança do valor justo desta dívida é reconhecida no resultado financeiro da controlada. O ganho obtido na marcação a mercado da referida dívida no montante de R\$ 3.530 (R\$ 4.965 em 31 de dezembro de 2010) está sendo compensado pelo efeito de R\$ 5.640 (R\$ 7.607 em 31 de dezembro de 2010) obtido com a marcação a mercado do instrumento financeiro derivativo, contratado para proteção da variação cambial (nota 32), gerando uma perda líquida de R\$ 2.110 (R\$ 2.642 em 31 de dezembro 2010).

Principais captações no período:

Moeda Nacional

Notas Explicativas

BNDES – Investimento:

FINEM V (CPFL Paulista) – A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2010, no montante de R\$ 291.043 que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicado na implementação do plano de investimento para o 2º semestre de 2010 e do ano de 2011. Neste trimestre não houve liberação e o saldo remanescente de R\$ 157.971 está previsto para ser liberado até o término do exercício de 2011.

FINAME (CPFL Paulista) – A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2009, no montante de R\$ 92.183, que faz parte de uma linha de crédito do FINAME, a ser aplicado na aquisição de equipamentos do Sistema Elétrico em 2010 e 2011. Neste trimestre a Companhia recebeu o montante de R\$ 13.069 e o saldo remanescente de R\$ 43.100 está previsto para ser liberado até o término do exercício de 2011. Os juros serão pagos trimestralmente e a partir de 15 de janeiro de 2012 as amortizações serão efetuadas mensalmente.

FINEM IV (CPFL Piratininga) A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2010, no montante de R\$ 165.621, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicada na implementação do plano de investimento para o 2º semestre de 2010 e para o ano de 2011. Neste trimestre não houve liberação e o saldo remanescente de R\$ 97.501 está previsto para ser liberado até o término do exercício de 2011. Os juros serão pagos trimestralmente durante o período de carência e mensalmente durante o período de amortização.

FINAME (CPFL Piratininga) - A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2009, no montante de R\$ 48.116, que faz parte de uma linha de crédito do FINAME, a ser aplicado na aquisição de equipamentos do Sistema Elétrico em 2010 e 2011. Neste trimestre recebeu o montante de R\$ 2.718 e o saldo remanescente de R\$ 22.539 está previsto para ser liberado até o término do exercício de 2011. Os juros serão pagos trimestralmente e a partir de 15 de janeiro de 2012 as amortizações serão efetuadas mensalmente.

FINAME (RGE) - A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2009, no montante de R\$ 32.419, que faz parte de uma linha de crédito do FINAME, a ser aplicado na aquisição de equipamentos do Sistema Elétrico em 2010 e 2011. Neste trimestre a controlada recebeu o montante de R\$ 515 e o saldo remanescente de R\$ 27.057 está previsto para ser liberado até o término do exercício de 2011. Os juros

Notas Explicativas

serão pagos trimestralmente e a partir de 15 de janeiro de 2012 as amortizações serão efetuadas mensalmente.

BNDES Investimento (CPFL Geração) – Em 2010 a controlada obteve aprovação de financiamento junto ao BNDES, no montante de R\$ 574.098, na modalidade FINEM que será destinado para as controladas Santa Clara I a VI e Eurus VI. Neste trimestre foi liberado o montante de R\$ 2.200. O saldo remanescente de R\$ 496.360 deve ser liberado até Abril de 2013.

FINEM / FINAME (CPFL Brasil) - A controlada obteve aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2010 no montante de R\$ 398.547 que será destinado às controladas indiretas CPFL Bio Formosa, CPFL Bio Pedra, CPFL Bio Ipê e CPFL Bio Buriti. Neste trimestre, foi liberado o montante de R\$ 63.762 e o saldo remanescente de R\$ 334.785 está prevista para ser liberado até dezembro de 2011, com exceção da CPFL Bio Pedra que tem limite até junho de 2012. Os juros serão pagos mensalmente juntamente com a amortização que será efetuada a partir de dezembro de 2011, com exceção da CPFL Bio Pedra que será a partir de junho de 2012.

Instituições Financeiras

Banco do Brasil – Capital de Giro (CPFL Paulista, CPFL Piratininga, RGE, CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Mococa, CPFL Jaguari e CPFL Sul Paulista) - As controladas obtiveram a aprovação de financiamento na modalidade de crédito rural com liberação neste trimestre no valor total de R\$ 267.870 (R\$ 261.504 líquida dos gastos de emissão), para cobertura de capital de giro. Os juros serão capitalizados mensalmente e amortizados juntamente com as parcelas do principal.

Instituições Financeiras (Foz do Chapecó) – A controlada indireta neste trimestre obteve uma linha de crédito junto ao Banco Alfa, no montante de R\$ 50.000 (R\$ 25.500 proporcional à participação da Companhia), cujos recursos destinam-se ao reforço do capital de giro.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, considerando somente os respectivos valores registrados ao custo, têm vencimentos assim programados:

Notas Explicativas

Vencimento	Consolidado
2012	615.450
2013	791.821
2014	705.018
2015	1.049.582
2016	250.447
Após 2016	1.426.844
Subtotal	4.839.164

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

O empréstimo do Banco do Brasil – Crédito Rural está sujeito a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem às controladas a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. O índice exigido é Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0.

Os demais contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas e contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que suas controladas mantenham determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos. Os detalhes das referidas condições restritivas estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, todas as condições restritivas e cláusulas vêm sendo adequadamente atendidas.

Notas Explicativas

(17) DEBÊNTURES

Notas Explicativas

	Consolidado							
	31/03/2011				31/12/2010			
	Encargos	Circulante	Não Circulante	Total	Encargos	Circulante	Não Circulante	Total
Controladora								
3ª Emissão								
Série Única	3.701	-	450.000	453.701	15.529	-	450.000	465.529
CPFL Paulista								
3ª Emissão								
1ª Série	23.746	213.333	426.667	663.746	5.925	213.333	426.667	645.925
4ª Emissão								
Série Única	3.159	109.774	-	112.933	6.323	109.601	-	115.924
	26.905	323.107	426.667	776.679	12.248	322.934	426.667	761.849
CPFL Piratininga								
1ª Emissão								
1ª Série	-	-	-	-	10.733	200.000	-	210.733
3ª Emissão								
Série Única	14.566	-	258.932	273.498	7.013	-	258.868	265.881
4ª Emissão								
Série Única	9.974	-	278.204	288.178	1.845	-	278.043	279.888
	24.540	-	537.136	561.676	19.591	200.000	536.911	756.502
RGE								
2ª Emissão								
1ª Série	2.778	29.060	-	31.838	2.019	28.370	-	30.389
3ª Emissão								
1ª Série	3.758	33.333	66.667	103.758	939	33.333	66.667	100.939
2ª Série	3.848	46.667	93.333	143.848	7.721	46.667	93.333	147.721
3ª Série	728	13.333	26.667	40.728	1.824	13.333	26.667	41.824
4ª Série	2.768	16.667	33.333	52.768	1.335	16.667	33.333	51.335
5ª Série	2.768	16.667	33.333	52.768	1.335	16.667	33.333	51.335
4ª Emissão								
Série Única	5.313	184.809	-	190.122	10.633	184.623	-	195.256
	21.961	340.536	253.333	615.830	25.806	339.660	253.333	618.799
CPFL Leste Paulista								
1ª Emissão								
Série Única	699	23.982	-	24.681	1.400	23.965	-	25.365
CPFL Sul Paulista								
1ª Emissão								
Série Única	462	15.989	-	16.451	926	15.979	-	16.905
CPFL Jaguari								
1ª Emissão								
Série Única	291	9.991	-	10.282	583	9.983	-	10.566
CPFL Brasil								
1ª Emissão								
Série Única	4.768	164.844	-	169.612	9.545	164.728	-	174.273
CPFL Geração								
2ª Emissão								
Série Única	12.155	424.574	-	436.729	24.327	424.266	-	448.593
3ª Emissão								
Série Única	14.790	-	263.203	277.993	7.121	-	263.137	270.258
EPASA								
2ª Emissão								
Série Única	7.397	51.000	152.161	210.558	-	-	204.406	204.406
BAESA								
1ª Série	345	3.164	14.239	17.748	357	3.165	15.030	18.552
2ª Série	283	2.570	11.565	14.418	294	2.569	12.207	15.070
Enercan								
1ª Série	1.936	2.708	50.630	55.274	339	2.709	50.623	53.671
	120.233	1.362.464	2.158.934	3.641.631	118.066	1.509.958	2.212.314	3.840.338

Notas Explicativas

Notas Explicativas

	Quantidade em Circulação	Remuneração anual	Taxa Efetiva a.a.	Condições de Amortização	Garantias
Controladora					
3ª Emissão					
Série Única	45.000	CDI + 0,45% (1)	CDI + 0,53%	3 parcelas anuais a partir de setembro de 2012	Quirografia
CPFL Paulista					
3ª Emissão					
1ª Série	64.000	104,4% do CDI	104,4% CDI + 0,05%	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia
4ª Emissão					
Série Única	175.000	110,3% do CDI	110,3% CDI + 0,79%	2 parcelas anuais a partir de julho de 2010	Fiança da CPFL Energia
CPFL Piratininga					
1ª Emissão					
1ª Série	40.000	104,0% do CDI	104,0% CDI + 0,16%	2 parcelas anuais a partir de janeiro de 2010	Aval da CPFL Energia
3ª Emissão					
Série Única	260	107,0% do CDI	107,0% CDI + 0,67%	01 de abril de 2015	Fiança CPFL Energia
4ª Emissão					
Série Única	280	109,09% do CDI	109,09% CDI + 0,83%	10 de dezembro de 2013	Fiança CPFL Energia
RGE					
2ª Emissão					
1ª Série	2.620	IGP-M + 9,6%	IGP-M + 9,73%	1º de abril de 2011	Quirografia
3ª Emissão					
1ª Série	1	CDI + 0,60% (2)	CDI + 0,71%	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia
2ª Série	1	CDI + 0,60% (3)	CDI + 0,71%	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia
3ª Série	1	CDI + 0,60% (4)	CDI + 0,71%	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia
4ª Série	1	CDI + 0,60% (5)	CDI + 0,84%	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia
5ª Série	1	CDI + 0,60% (5)	CDI + 0,84%	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia
4ª Emissão					
Série Única	185.000	110,30% do CDI	110,3% CDI + 0,82%	1º de julho de 2011	Quirografia
CPFL Leste Paulista					
1ª Emissão					
Série Única	2.400	111,90% do CDI	111,9% CDI + 0,65%	Parcela única em julho de 2011	Fiança da CPFL Energia
CPFL Sul Paulista					
1ª Emissão					
Série Única	1.600	111,00% do CDI	111% CDI + 0,6%	Parcela única em julho de 2011	Fiança da CPFL Energia
CPFL Jaguari					
1ª Emissão					
Série Única	1.000	111,90% do CDI	111,9% CDI + 0,79%	Parcela única em julho de 2011	Fiança da CPFL Energia
CPFL Brasil					
1ª Emissão					
Série Única	16.500	111% do CDI	111% CDI + 0,57%	Parcela única em julho de 2011	Fiança da CPFL Energia
CPFL Geração					
2ª Emissão					
Série Única	425.250	109,8% do CDI	109,8% CDI + 0,58%	Parcela única em julho de 2011	Fiança da CPFL Energia
3ª Emissão					
Série Única	264	107,0% do CDI	107,0% do CDI + 0,67%	Parcela única em abril de 2015	Fiança da CPFL Energia
EPASA					
2ª Emissão					
Série Única	400	111% do CDI	111,00% do CDI + 0,49%	12 parcelas mensais a partir de dezembro de 2012	Fiança CPFL Energia
BAESA					
1ª Série	9.000	CDI + 0,3%	CDI + 0,43%	Trimestral com quitação em agosto de 2016	Cartas de Fiança
2ª Série	8.100	CDI + 0,4%	106% CDI + 0,12%	Anual com quitação em agosto de 2016	Cartas de Fiança
Enercan					
1ª Série	110	100% do CDI + 1,25% a.a	111,10% do CDI	Trimestral com quitação em dezembro de 2025	Sem garantias

A Sociedade e as controladas possuem swap convertendo o componente pré-fixado dos juros da operação para variação de taxa de juros em reais, correspondente a:

(1) 104,4% do CDI
(2) 105,07% do CDI

(3) 104,85% do CDI
(4) 104,9% do CDI

(5) 104,87% do CDI

Notas Explicativas

Notas Explicativas

O saldo de Debêntures de longo prazo tem seus vencimentos assim programados:

Vencimento	Consolidado
2012	650.090
2013	777.575
2014	159.370
2015	531.506
2016	7.931
Após 2016	32.462
Total	2.158.934

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da Companhia a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos, cujos detalhes estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas.

No entendimento da Administração da Companhia e suas controladas, todas as condições restritivas e cláusulas vêm sendo adequadamente atendidas.

(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As controladas mantêm Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados com as seguintes características:

I – CPFL Paulista

Atualmente vigora para os funcionários da controlada CPFL Paulista através da Fundação CESP um Plano de Previdência Complementar, composto por, até 31 de Outubro de 1997, um plano de Benefício Definido (Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado), e após esta data, a adoção de um plano de benefício misto de Contribuição Variável para aposentadorias programadas e de Benefício Definido para benefícios decorrentes de invalidez e morte.

Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997, foi reconhecida uma obrigação pela controlada referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP, a ser amortizada em 240 parcelas mensais e 20 parcelas anuais, com vencimento até outubro de 2017, acrescida de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 238 parcelas mensais e 19 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de outubro de 2027. O saldo da obrigação em 31 de março de 2011 é de R\$ 483.647 (R\$ 479.877 em 31 de dezembro de 2010). O valor do

Notas Explicativas

contrato difere dos registros contábeis adotados pela controlada, que se encontra em consonância com o CPC 33.

Para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

II – CPFL Piratininga

Atualmente vigora para os funcionários da controlada CPFL Piratininga através da Fundação CESP um “Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão”, composto, até 31 de março de 1998, de um plano de benefício definido (Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS), e após esta data um Plano de Benefício definido e outro de contribuição variável.

Em setembro de 1997, através de Instrumento Contratual de ajuste de reservas a amortizar, foi reconhecida uma obrigação a pagar pela Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (empresa antecessora da Bandeirante) referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP, a ser amortizada em 240 parcelas mensais e 20 parcelas anuais com vencimento até outubro de 2017 e amortização mensal, acrescida de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 221 parcelas mensais e 18 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de maio de 2026. O saldo da obrigação em 31 de março de 2011 é de R\$ 133.930 (R\$ 133.170 em 31 de dezembro de 2010). O valor do contrato difere dos registros contábeis adotado pela controlada, que se encontra em consonância com o CPC 33.

Para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

III – RGE

Para os empregados que tiveram os contratos de trabalho sub-rogados da CEEE para RGE, o plano é do tipo benefício definido com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos salários, incluindo o presumido benefício da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado administrado pela ELETROCEEE.

Para os colaboradores admitidos a partir de 1997 foi implantado, em janeiro de 2006, o plano de previdência privada junto ao Bradesco Vida e Previdência na modalidade PGBL – Plano Gerador de Benefício Livre e de Contribuição Definida. Esse plano não gera qualquer responsabilidade atuarial para a empresa.

IV – CPFL Santa Cruz

Notas Explicativas

O plano de benefícios da controlada CPFL Santa Cruz, administrado pelo BB Previdência – Fundo de Pensão do Banco do Brasil está estruturado na modalidade de contribuição definida.

V – CPFL Geração

Atualmente, vigora para os funcionários da controlada CPFL Geração através da Fundação CESP um “Plano de Previdência Complementar”, exatamente nos moldes da CPFL Paulista.

Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997, na época mantido pela CPFL Paulista, foi reconhecida uma obrigação a pagar pela controlada CPFL Geração, referente ao déficit do plano apurado pelos atuários externos da Fundação CESP, a qual vem sendo amortizada em 240 parcelas mensais e 20 parcelas anuais, até outubro de 2017, acrescidas de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 238 parcelas mensais e 19 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de outubro de 2027. O saldo da obrigação, em 31 de março de 2011 é de R\$ 9.646 (R\$ 9.571 em 31 de dezembro de 2010). O valor do contrato difere dos registros contábeis adotados pela controlada, que se encontra em consonância com o CPC 33.

Para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

VI – CPFL Jaguariúna

Em Novembro de 2005, as companhias aderiram ao plano de previdência privada denominado CMSPREV, administrado pela IHPREV Fundo de Pensão. O plano está estruturado na modalidade de contribuição definida.

VII – Movimentações dos planos de benefício definido

As movimentações ocorridas neste trimestre, no passivo atuarial líquido conforme CPC 33 são as seguintes:

	31/03/2011					
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	Total Passivo	RGE	Total Ativo
Passivo/(Ativo) atuarial líquido no início do período	469.623	111.574	11.452	592.649	(5.800)	(5.800)
Despesas/(Receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	(17.075)	(4.656)	(621)	(22.351)	-	-
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(14.910)	(4.582)	(136)	(19.628)	0	0
Passivo/(Ativo) atuarial líquido no final do período	437.637	102.336	10.695	550.669	(5.800)	(5.800)
Outras Contribuições	13.728	303	85	14.116	-	-
Subtotal	451.365	102.640	10.780	564.785	(5.800)	(5.800)
Outras contribuições RGE	-	-	-	3.742	-	-
Total Passivo/(Ativo)	451.365	102.640	10.780	568.527	-	-
Circulante				38.438		
Não Circulante				530.089		(5.800)

As despesas e receitas reconhecidas como custo da operação estabelecidas no laudo atuarial estão demonstradas abaixo:

Notas Explicativas

	1º Trimestre 2011				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	Consolidado
Custo do serviço	261	945	34	-	1.240
Juros sobre obrigações atuariais	76.183	19.482	1.668	-	97.333
Rendimento esperado dos ativos do plano	(92.336)	(24.472)	(2.176)	-	(118.984)
Amortização de ganhos atuariais não reconhecidos	(1.183)	(611)	(147)	-	(1.941)
Total da Receita	(17.075)	(4.656)	(621)	-	(22.351)

	1º Trimestre 2010				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	Consolidado
Custo do serviço	275	1.202	36	288	1.801
Juros sobre obrigações atuariais	73.114	18.883	1.586	4.587	98.170
Rendimento esperado dos ativos do plano	(91.072)	(23.288)	(1.921)	(5.929)	(122.210)
Subtotal	(17.683)	(3.203)	(299)	(1.054)	(22.239)
Contribuições esperadas dos participantes e outros	(9)	(314)	-	760	437
Total da Receita	(17.692)	(3.517)	(299)	(294)	(21.802)

Uma vez que a movimentação do plano da RGE indica a necessidade de reconhecimento de um ativo e que o montante a ser reconhecido está limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis à época, o registro em 2011 dependerá da análise a ser realizada sobre a possível recuperação do ativo ao término do exercício.

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial, com base no laudo atuarial preparado para as datas-base 31 de dezembro de 2010 e 2009, foram:

	CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração		RGE	
	31/12/2010 ⁽¹⁾	31/12/2009 ⁽¹⁾	31/12/2010 ⁽¹⁾	31/12/2009 ⁽¹⁾
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	10,24% a .a.	10,24% a .a.	10,24% a.a.	10,24% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	(*)	(**)	10,24% a.a.	11,28% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,08% a .a.	6,08% a .a.	6,08% a.a.	6,08% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	0,0% a .a.	0,0% a .a.	0,0% a .a.	0,0% a .a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	4,0% a .a.	4,0% a .a.	4,0% a .a.	4,0% a .a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	TÁBUA MERCER	TÁBUA MERCER	TÁBUA MERCER	Light-média
Taxa de rotatividade esperada:	0,3 / (Tempo de Serviço + 1)	0,3 / (Tempo de Serviço + 1)	0,3 / (Tempo de Serviço + 1)	nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira eleg. a um benef. pelo Plano	100% na primeira eleg. a um benef. pelo Plano	100% na primeira eleg. a um benef. pelo Plano	

(1) Refere-se à data-base de emissão do laudo.

(*) CPFL Paulista e CPFL Geração 12,73% a.a. e CPFL Piratininga 12,71% a.a.

(**) CPFL Paulista e CPFL Geração 14,36% a.a. e CPFL Piratininga 14,05% a.a.

(19) TAXAS REGULAMENTARES

Notas Explicativas

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Compensação financeira recursos hídricos	5.806	4.452
Reserva global de reversão - RGR	18.474	16.484
Taxa de fiscalização da ANEEL	2.293	2.285
Conta de consumo de combustível - CCC	58.288	58.288
Conta de desenvolvimento energético - CDE	43.852	42.033
Total	<u>128.712</u>	<u>123.541</u>

(20) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	321.235	247.891
Programa de integração social - PIS	13.448	13.563
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	63.305	63.668
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	80.689	86.853
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	23.556	22.280
Outros	20.311	20.993
Total	<u>522.544</u>	<u>455.248</u>
<u>Não Circulante</u>		
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	<u>773</u>	<u>960</u>
Total	<u>773</u>	<u>960</u>

(21) PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Notas Explicativas

	Consolidado			
	31/03/2011		31/12/2010	
	Provisão para contingência	Depósitos e bloqueios judiciais	Provisão para contingência	Depósitos e bloqueios judiciais
Trabalhistas				
Diversos	44.398	156.323	39.136	147.056
Cíveis				
Danos pessoais	12.448	80.536	11.126	75.033
Majoração tarifária	10.748	5.841	10.813	9.200
Outras	8.981	15.584	10.677	16.663
	<u>32.177</u>	<u>101.961</u>	<u>32.616</u>	<u>100.897</u>
Fiscais				
FINSOCIAL	18.752	53.456	18.714	53.322
Imposto de renda	76.203	551.580	73.401	539.601
PIS/COFINS - ampliação de base	866	721	866	721
PIS/COFINS - JCP	10.835	10.835	10.666	10.666
PIS/COFINS - regime não cumulativo	88.879	-	87.672	-
Outras	28.406	63.199	28.193	38.422
	<u>223.941</u>	<u>679.791</u>	<u>219.513</u>	<u>642.732</u>
Outros				
Diversos	-	808	-	1
Total	<u>300.516</u>	<u>938.884</u>	<u>291.265</u>	<u>890.685</u>

A movimentação das provisões para contingências e depósitos judiciais está demonstrada a seguir:

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2010	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização Monetária	Saldo em 31/03/2011
Trabalhistas	39.136	7.659	(1.116)	(1.281)	-	44.398
Cíveis	32.616	4.196	(4.166)	(515)	47	32.177
Fiscais	219.513	2.769	(1)	-	1.660	223.941
Provisão para contingências	<u>291.265</u>	<u>14.624</u>	<u>(5.283)</u>	<u>(1.796)</u>	<u>1.707</u>	<u>300.516</u>
Depósitos Judiciais	<u>890.685</u>	<u>34.300</u>	<u>(1.808)</u>	<u>2.578</u>	<u>13.129</u>	<u>938.884</u>

As provisões para contingências foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia e suas controladas são parte, cuja probabilidade de perda é mais provável do que não na opinião dos assessores legais e da Administração da Companhia e de suas controladas.

Os detalhes da natureza das provisões para contingências e depósitos judiciais estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Perdas possíveis - A Companhia e suas controladas são parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos. Estas questões não

Notas Explicativas

apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas e, por este motivo, nenhuma provisão sobre as mesmas foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de março de 2011 estavam assim representadas: (i) R\$ 337.189 trabalhistas (R\$ 341.608 em 31 de dezembro de 2010); (ii) R\$ 574.447 cíveis, representadas basicamente por danos pessoais, impactos ambientais e majoração tarifária (R\$ 604.603 em 31 de dezembro de 2010); e (iii) R\$ 836.239 fiscais, relacionadas basicamente a Imposto de Renda, ICMS, INSS, FINSOCIAL e PIS e COFINS (R\$ 823.872 em 31 de dezembro 2010).

A Administração da Companhia e de suas controladas, baseada na opinião de seus assessores legais, entende não haver riscos contingentes significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes nos balanços ou que possam resultar em impacto relevante sobre os resultados futuros.

(22) USO DO BEM PÚBLICO

Consolidado				
Empresas	31/03/2011	31/12/2010	Saldo de Parcelas Restantes	Taxa de Juros
CERAN	71.895	71.987	295	IGP-M + 9,6% a.a.
ENERCAN	9.853	9.884	285	IGP-M + 8% a.a.
BAESA	52.713	52.865	297	IGP-M + 8% a.a.
Foz do Chapecó	309.201	312.183	310	IGP-M / IPC-A + 5,3% a.a.
TOTAL	443.662	446.919		
Circulante	17.438	17.287		
Não circulante	426.224	429.632		

(23) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Consumidores e concessionárias	62.727	63.635	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	106.159	63.698	3.761	32.039
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	124.487	110.418	20.682	29.680
Fundo nacional desenv. cient. tecnol. - FNDCT	3.676	3.077	-	-
Empresa de pesquisa energética - EPE	1.213	1.206	-	-
Fundo para reversão	-	-	17.751	17.751
Adiantamentos	15.829	11.030	6.043	7.418
Provisão para gastos ambientais	6.880	11.685	2.437	2.455
Folha de pagamento	11.848	6.722	-	-
Participação nos lucros	36.827	36.296	-	-
Convenio e arrecadação	77.444	56.260	-	-
Partes beneficiárias	2.046	1.674	-	-
Garantias	-	-	44.429	45.831
Outros	46.896	45.169	6.917	5.950
Total	496.032	410.869	102.020	141.124

(24) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Notas Explicativas

A participação dos acionistas no Patrimônio da Companhia em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações			
	31/03/2011		31/12/2010	
	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
VBC Energia S.A.	122.948.720	25,55	122.948.720	25,62
BB Carteira Livre I FIA	149.233.727	31,02	149.233.727	31,10
Bonaire Participações S.A.	60.713.511	12,62	60.713.511	12,65
BNDES Participações S.A.	40.526.739	8,42	40.526.739	8,44
Brumado Holdings S.A.	17.251.048	3,59	17.251.048	3,59
Antares Holding LTDA	8.019.852	1,67	8.019.852	1,67
Membros do Conselho de Administração	112	-	112	-
Membros da Diretoria Executiva	3.174	-	2.354	-
Demais Acionistas	82.440.247	18,80	82.441.067	18,60
Total	481.137.130	100,00	481.137.130	100,00

(25) LUCRO POR AÇÃO

Lucro básico por ação

O cálculo do lucro básico por ação em 31 de março de 2011 foi baseado no lucro líquido atribuível à controladora de R\$ 459.780 (R\$ 482.926 em 31 de março de 2010) e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período findo em 31 de março de 2011, conforme demonstrado:

	31/03/2011	31/03/2010
Lucro líquido do período da controladora	459.780	482.926
Ações em 1º de janeiro	481.137.130	479.910.938
Ações em 31 de março	481.137.130	479.910.938
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	481.137.130	479.910.938
Lucro por ação básico	0,96	1,01

Lucro por ação diluído

Nos períodos de 31 março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação, para os quais devesse considerar no cálculo do lucro por ação.

Notas Explicativas

(26) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de Consumidores (*)		Consolidado		R\$ mil	
	31/03/2011	31/03/2010	1º Trimestre 2011	1º Trimestre 2010	1º Trimestre 2011	1º Trimestre 2010
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	5.909.733	5.737.724	3.460	3.284	1.472.401	1.390.914
Industrial	77.125	77.785	3.548	3.782	950.764	998.491
Comercial	502.000	496.614	2.126	2.019	773.120	730.678
Rural	239.079	236.137	452	555	101.503	110.091
Poderes públicos	45.693	44.208	281	266	98.190	91.278
Iluminação pública	8.175	8.008	370	355	78.927	75.502
Serviço público	7.258	6.974	445	423	118.932	115.353
Fornecimento faturado	6.789.063	6.607.450	10.681	10.684	3.593.839	3.512.307
Consumo próprio			8	8	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)			-	-	9.840	46.759
Encargos emergenciais - ECE/EAEE			-	-	(4)	3
Reclassificação da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	(1.698.909)	(1.595.493)
Fornecimento de energia elétrica			10.689	10.692	1.904.766	1.963.576
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			2.418	2.400	268.940	227.896
Energia elétrica de curto prazo			536	370	7.416	2.041
Suprimento de energia elétrica			2.955	2.770	276.357	229.937
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					1.698.909	1.595.493
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					338.133	240.479
Receita de construção da infraestrutura de concessão					213.602	150.444
Outras receitas e rendas					77.997	70.852
Outras receitas operacionais					2.328.641	2.057.268
Total da receita operacional bruta					4.509.764	4.250.781
Deduções da receita operacional						
ICMS					(723.548)	(679.463)
PIS					(70.328)	(68.947)
COFINS					(323.949)	(317.629)
ISS					(1.100)	(793)
Reserva global de reversão					(11.219)	(17.229)
Conta de consumo de combustível - CCC					(174.863)	(123.066)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(131.211)	(117.656)
Programa de P & D e eficiência energética					(34.500)	(36.372)
PROINFA					(16.267)	(10.898)
Encargos emergenciais (ECE/EAEE)					4	(3)
					(1.486.980)	(1.372.056)
Receita operacional líquida					3.022.784	2.878.725

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

O detalhamento dos reajustes tarifários das distribuidoras está demonstrado a seguir:

Empresa	Mês	2011		2010	
		IRT Reajuste Total	Percepção do Consumidor (*)	IRT Reajuste Total	Percepção do Consumidor (*)
CPFL Paulista	Abril (**)	7,38%	7,23%	2,70%	-5,69%
CPFL Piratininga	Outubro	(***)	(***)	10,11%	5,66%
RGE	Junho	(***)	(***)	12,37%	3,96%
CPFL Santa Cruz	Fevereiro	23,61%	15,38%	10,09%	-2,53%
CPFL Leste Paulista	Fevereiro	7,76%	16,44%	-13,21%	-8,47%
CPFL Jaguari	Fevereiro	5,47%	6,62%	5,16%	3,67%
CPFL Sul Paulista	Fevereiro	8,02%	7,11%	5,66%	4,94%
CPFL Mococa	Fevereiro	9,50%	9,77%	3,98%	3,24%

(*) Representa o efeito médio percebido pelo consumidor, em decorrência da retirada da base tarifária de componentes financeiros que haviam sido adicionados no reajuste tarifário anterior.

(**) Conforme descrito na nota 34, o reajuste tarifário ocorreu em período subsequente em 5 de abril de 2011.

(***) Os respectivos reajustes tarifários ainda não ocorreram.

Notas Explicativas

(27) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado			
	GWh (*)		R\$ mil	
	1º Trimestre 2011	1º Trimestre 2010	1º Trimestre 2011	1º Trimestre 2010
<u>Energia comprada para revenda</u>				
Energia de Itaipu Binacional	2.682	2.733	240.233	260.761
Energia de curto prazo	1.282	1.022	34.875	7.885
PROINFA	220	231	42.502	49.580
Energia adquirida - contratos bilaterais	8.064	8.881	914.723	940.682
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(117.597)	(132.075)
Subtotal	12.248	12.867	1.114.736	1.126.833
<u>Encargos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição</u>				
Encargos da rede básica			235.127	230.219
Encargos de transporte de itaipu			21.677	20.426
Encargos de conexão			25.200	12.931
Encargos de uso do sistema de distribuição			5.187	6.728
Encargos de serviço do sistema - ESS			47.347	39.045
Encargos de energia de reserva			4.550	1.680
Crédito de PIS e COFINS			(35.161)	(30.554)
Subtotal			303.926	280.475
Total			1.418.661	1.407.308

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

(28) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora					
	Despesa Operacional				Total	
	Gerais		Outros			
	1º Trimestre 2011	1º Trimestre 2010	1º Trimestre 2011	1º Trimestre 2010	1º Trimestre 2011	1º Trimestre 2010
Pessoal	1.177	870	-	-	1.177	870
Material	17	15	-	-	17	15
Serviços de terceiros	3.555	2.802	-	-	3.555	2.802
Depreciação e amortização	45	30	-	-	45	30
Outros	1.405	1.079	36.297	35.362	37.702	36.441
Arrendamento e aluguéis	16	23	-	-	16	23
Publicidade e propaganda	717	386	-	-	717	386
Legais, judiciais e indenizações	351	346	-	-	351	346
Doações, contribuições e subvenções	139	161	-	-	139	161
Amortização de intangível de concessão	-	-	36.297	35.362	36.297	35.362
Outros	182	163	-	-	182	163
Total	6.198	4.796	36.297	35.362	42.495	40.158

Custo de Operação	Consolidado											
	Custo do Serviço Prestado a Terceiros				Despesa Operacional							
			Vendas		Gerais		Outros		Total			
	1º Trimestre 2011	1º Trimestre 2010	1º Trimestre 2011	1º Trimestre 2010	1º Trimestre 2011	1º Trimestre 2010	1º Trimestre 2011	1º Trimestre 2010	1º Trimestre 2011	1º Trimestre 2010	1º Trimestre 2011	1º Trimestre 2010
Pessoal	87.705	87.803	-	116	20.833	17.671	43.502	41.645	-	-	152.040	147.235
Entidade de previdência privada	(22.351)	(21.802)	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.351)	(21.802)
Material	11.807	13.419	86	192	650	630	5.492	2.716	-	-	18.035	16.957
Serviços de terceiros	41.725	35.769	79	695	25.589	17.220	53.670	45.193	-	-	121.063	98.877
Depreciação e amortização	123.827	109.153	-	166	672	2.187	17.659	5.613	-	-	142.158	117.119
Custos com construção da infraestrutura	-	-	213.602	150.444	-	-	-	-	-	-	213.602	150.444
Outros	11.100	15.944	-	-	25.326	26.202	34.483	24.225	54.510	54.565	125.419	120.936
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	8.459	11.309	-	-	-	-	8.459	11.309
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	16.367	11.773	-	-	-	-	16.367	11.773
Arrendamento e aluguéis	149	(4)	-	-	61	-	5.702	1.387	-	-	5.912	1.383
Publicidade e propaganda	56	-	-	-	28	-	3.051	499	-	-	3.136	499
Legais, judiciais e indenizações	37	-	-	-	-	-	12.362	10.832	-	-	12.399	10.832
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	2.617	1.131	-	-	2.617	1.131
Taxa de fiscalização	-	-	-	-	-	-	-	-	6.893	5.423	6.893	5.423
Ajuste de energia livre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.527	-	2.527
Amortização de intangível de concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	46.013	44.688	46.013	44.688
Outros	10.858	15.948	-	-	410	3.120	10.750	10.376	1.604	1.897	23.623	31.341
Total	253.813	240.286	213.767	151.613	73.071	63.910	154.805	119.392	54.510	54.565	749.966	629.766

Notas Explicativas

(29) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	1º Trimestre 2011	1º Trimestre 2010	1º Trimestre 2011	1º Trimestre 2010
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	6.273	9.861	43.131	30.362
Acréscimos e multas moratórias	-	-	42.157	32.901
Atualização de créditos fiscais	-	-	1.825	1.018
Atualização de depósitos judiciais	-	-	12.823	14.511
Atualizações monetárias e cambiais	-	-	12.754	6.115
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	-	-	3.663	2.003
Outros	2.982	4.365	9.560	13.517
Total	9.256	14.226	125.914	100.427
Despesas				
Encargos de dívidas	(12.736)	(9.843)	(226.439)	(154.677)
Atualizações monetárias e cambiais	(209)	(153)	(15.717)	(32.911)
(-) Juros Capitalizados	-	-	13.601	33.391
Uso do Bem Público	-	-	(2.371)	(4.618)
Outros	(174)	(6.240)	(26.093)	(23.619)
Total	(13.119)	(16.236)	(257.020)	(182.434)
Resultado Financeiro	(3.863)	(2.010)	(131.106)	(82.007)

Os juros são capitalizados a uma taxa de 9,95% a.a. sobre os ativos intangíveis e imobilizados qualificáveis, de acordo com o CPC 20. Em 2010, do montante total, R\$ 22.572 referem-se aos projetos de geração de energia que estavam em desenvolvimento, principalmente Foz do Chapecó e EPASA.

(30) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A segregação dos segmentos operacionais da Companhia é efetuada através da segmentação por tipo de negócio (atividades de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica), baseado na estrutura interna das informações financeiras e da Administração.

Os resultados, ativos e passivos por segmento incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento e também aqueles que possam ser alocados em bases de alocação razoáveis, quando aplicável. Os preços praticados entre os segmentos são determinados com base em transações similares de mercado. A nota explicativa 1 já apresenta as subsidiárias de acordo com a sua respectiva área de atuação e contém maiores informações sobre cada controlada e seu respectivo ramo de negócio.

Estão apresentadas, a seguir, as informações segregadas por ramo de atividade de acordo com os critérios estabelecidos pela administração da Companhia:

Notas Explicativas

	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros (*)	Eliminações	Total
1º Trimestre 2011						
Receita operacional líquida	2.618.082	143.039	261.661	1	-	3.022.784
(-) Vendas entre sociedades parceiras	3.277	215.954	118.926	-	(338.157)	-
Resultado do serviço	549.722	220.380	90.584	(6.530)	-	854.156
Receita financeira	92.434	20.124	4.689	8.667	-	125.914
Despesa financeira	(123.208)	(114.387)	(6.894)	(12.530)	-	(257.020)
Lucro antes dos impostos	518.947	126.117	88.379	(10.393)	-	723.050
Imposto de renda e contribuição social	189.038	40.370	27.809	(42)	-	257.175
Lucro líquido	329.909	85.747	60.570	(10.350)	-	465.875
Total do ativo (**)	12.244.312	7.780.208	399.844	417.343	-	20.841.707
Aquisições do imobilizado e outros intangíveis	218.789	191.607	1.885	-	-	412.281
Depreciação e amortização	91.332	59.044	1.452	36.343	-	188.171
1º Trimestre 2010						
Receita operacional líquida	2.534.704	119.729	224.292	-	-	2.878.725
(-) Vendas entre sociedades parceiras	3.952	144.856	136.520	-	(285.328)	-
Resultado do serviço	601.022	150.858	94.622	(4.851)	-	841.651
Receita financeira	73.677	7.653	5.431	13.666	-	100.427
Despesa financeira	(92.255)	(68.739)	(5.198)	(16.242)	-	(182.434)
Lucro antes dos impostos	582.444	89.772	94.855	(7.427)	-	759.644
Imposto de renda e contribuição social	209.454	32.680	30.962	(1.315)	-	271.781
Lucro líquido	372.990	57.092	63.893	(6.112)	-	487.863
Total do ativo (**)	10.972.177	6.851.868	426.485	604.034	-	18.854.564
Aquisições do imobilizado e outros intangíveis	168.083	119.388	1.632	124	-	289.227
Depreciação e amortização	83.606	41.789	1.023	35.389	-	161.807

(*) Outros: refere-se basicamente a CPFL Energia após as devidas eliminações com sociedades parceiras.

(**) Os ágio de aquisições líquidos de amortização, registrados na CPFL Energia foram alocados nos respectivos segmentos.

(31) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui as seguintes empresas como principais acionistas:

- VBC Energia S.A.

Companhia controlada pelo grupo Camargo Corrêa, atuante em segmentos diversificados como construção, cimento, calçados, têxtil, alumínio e concessão de rodovias, entre outros.

- Bonaire Participações S.A.

Companhia controlada pela Energia São Paulo Fundo de Investimento em Participações, sendo esta controlada pelos seguintes fundos de pensão: (a) Fundação CESP, (b) Fundação SISTEL de Seguridade Social, (c) Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS, e (d) Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV.

- Fundo BB Carteira Livre I - Fundo de Investimento em Ações

Fundo controlado pela PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 demonstram os saldos e movimentações realizados no curso normal das atividades operacionais da Companhia e de suas controladas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

Notas Explicativas

- a) **Saldo Bancário e Aplicação Financeira** - Refere-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras junto ao banco do Brasil, conforme descrito na nota 5.
- b) **Empréstimos e Financiamentos, Debêntures e Derivativos** - Corresponde a captação de recursos junto ao Banco do Brasil conforme descrito nas notas 16 e 17, contratados em condições normais de mercado, vigentes à época. Adicionalmente, a Companhia é garantidora de algumas dívidas captadas por suas controladas, conforme descrito na nota 16 e 17.
- c) **Outras Operações Financeiras** - Os valores de despesa relacionados ao Banco do Brasil referem-se a custos bancários e despesas associadas ao processo de arrecadação. Possui saldo registrado no passivo compreendendo basicamente aos direitos sobre o processamento da folha de pagamentos de algumas controladas que foram negociados com o Banco do Brasil, que estão sendo apropriados como receita ao resultado pelo prazo do contrato. Adicionalmente, a Companhia possui Fundo de Investimento Exclusivo administrado pelo BB DTVM, o qual cobra taxas de administração em condições normais de mercado para a respectiva gestão.
- d) **Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviços** - Refere-se a aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e geração, e contratação de serviços como construção civil e consultoria em informática. Estas operações foram contratadas em condições normais de mercado.
- e) **Venda de energia no mercado livre** - Refere-se basicamente à venda de energia a consumidores livres, através de contratos de curto ou longo prazo realizados em condições consideradas pela Companhia como sendo as de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela administração da Companhia.
- f) **Suprimento de energia no mercado livre** - Refere-se basicamente a aquisição de energia pelas comercializadoras através de contratos de curto ou longo prazo realizados em condições consideradas como sendo as de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela administração.
- g) **Outras Receitas** - Refere-se basicamente à receita proveniente de aluguel pelo uso da rede de distribuição para serviços de telefonia.
- h) **Compra e venda de energia no mercado regulado** - As controladas, concessionárias do serviço público de distribuição, cobram tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realizam vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo órgão regulador. Estas distribuidoras também adquirem energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

Adicionalmente, algumas controladas possuem plano de suplementação de aposentadoria mantido juntos à Fundação CESP e oferecido aos respectivos empregados, conforme descrito na nota 18.

Para zelar que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a Companhia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

Neste trimestre, as controladas obtiveram junto ao Banco do Brasil liberações de financiamento na modalidade crédito rural (capital de giro) conforme descrito na nota 16.

(32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

Notas Explicativas

a) Considerações sobre Riscos:

Os negócios da Companhia e de suas controladas compreendem, principalmente, geração, comercialização e distribuição de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas de suas principais controladas são reguladas pela ANEEL.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como segue:

Risco de Taxa de Câmbio: Esse risco decorre da possibilidade de suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de *swap*, o que permitiu à Companhia e suas controladas trocar os riscos originais da operação para o custo relativo a variação do CDI. Adicionalmente as suas controladas estão expostas em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as empresas de eventuais perdas. Entretanto, esta compensação se realizará somente através do consumo e conseqüente faturamento de energia ocorridos após o reajuste tarifário subseqüente, no qual tenha sido contemplado tais perdas.

Risco de Taxa de Juros: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. As controladas têm buscado aumentar a participação de empréstimos pré indexados ou atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo.

Risco de Crédito: O risco surge da possibilidade das suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pelas controladas como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Risco quanto à Escassez de Energia: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva, aliado a um crescimento de demanda acima do planejado, pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Segundo o Plano Anual da Operação Energética - PEN 2010, elaborado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico, os riscos de qualquer déficit de energia para o ano de 2011 são baixos, tornando remota a possibilidade de um novo programa de racionamento de energia.

Risco de Aceleração de Dívidas: A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pelas controladas de distribuição dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, no entanto, o risco decorrente da aplicação dessas tarifas pertence às distribuidoras de energia elétrica.

Notas Explicativas

Gerenciamento de Riscos dos Instrumentos Financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela administração, a Companhia e suas controladas utilizam-se de sistema de *software* (MAPS), tendo condições de calcular o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia e suas controladas têm a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não realizam transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos. Além disso, a Companhia e suas controladas atendem aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley tendo, portanto, políticas internas de controles que primam por um ambiente rígido de controle para a minimização da exposição dos riscos.

b) Valorização dos Instrumentos Financeiros

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação, aplicadas individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas pelo site da BM&F, BOVESPA e ANDIMA (vide nota 4).

Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para operações específicas do setor elétrico, sem similar no mercado e com pouca liquidez, principalmente relacionadas aos aspectos regulatórios, as controladas assumiram que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil. Isto ocorre em função das incertezas existentes presentes nas variáveis que deveriam ser consideradas na criação de um modelo de precificação.

Além dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado, a Companhia e suas controladas possuem outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo. Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os valores de mercado de tais instrumentos financeiros obtidos através da metodologia acima, apresentados apenas para fins de comparação, são como segue:

Notas Explicativas

	Controladora			
	31/03/2011		31/12/2010	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
Debêntures (nota 17)	(453.701)	(458.029)	(465.529)	(470.262)
Total	(453.701)	(458.029)	(465.529)	(470.262)

	Consolidado			
	31/03/2011		31/12/2010	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	(5.487.015)	(5.122.818)	(5.141.554)	(4.870.909)
Debêntures (nota 17)	(3.641.631)	(3.684.177)	(3.840.338)	(3.891.397)
Total	(9.128.646)	(8.806.995)	(8.981.892)	(8.762.306)

c) Instrumentos Derivativos

Conforme comentado anteriormente, a Companhia e suas controladas possuem por prática utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia e suas controladas possuem *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia e suas controladas são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela controlada CPFL Paulista possui prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, a respectiva dívida foi designada para o registro contábil a valor justo. As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo. Ademais, a Companhia e suas controladas não adotaram a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de março de 2011 a Companhia e suas controladas detinham as seguintes operações de *swap*:

Notas Explicativas

Estratégia / Empresa / Contrapartes	Valores de mercado (contábil)		Valores de mercado, líquidos	Valores a custo, líquidos	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador	Faixa de vencimento	Nocional	Mercado de negociação
	Ativo	(Passivo)							
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo:									
Hedge variação cambial:									
CPFL Paulista ABN	-	(34.532)	(34.532)	(28.892)	(5.640)	yen	01/2012	376.983	Balcão
Subtotal	-	(34.532)	(34.532)	(28.892)	(5.640)				
Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo									
Hedge variação cambial:									
CPFL Paulista Bradesco	-	(1.682)	(1.682)	(1.674)	(7)	dólar	04/2011	23.685	Balcão
CPFL Geração Santander	-	(793)	(793)	(244)	(549)	dólar	06/2011	54.589	Balcão
Hedge variação de taxa de juros ⁽¹⁾									
CPFL Energia Citibank		(798)	(798)	(12)	(787)	CDI + spread	09/2011 a 09/2014	450.000	Balcão
RGE Santander	160	(9)	151	72	79	CDI + spread	06/2011 a 12/2013	100.000	Balcão
Citibank	37	(23)	14	23	(9)	CDI + spread	06/2011 a 12/2013	280.000	Balcão
Hedge variação de taxa de juros ⁽²⁾									
CPFL Piratininga HSBC	-	(292)	(292)	(12)	(280)	TJLP	01/2013	25.453	Balcão
Santander	-	(314)	(314)	(21)	(293)	TJLP	01/2013	25.453	Balcão
CPFL Geração HSBC	-	(578)	(578)	(44)	(534)	TJLP	12/2012	49.449	Balcão
Subtotal	197	(4.489)	(4.292)	(1.912)	(2.380)				
Total	197	(39.021)	(38.824)	(30.804)	(8.020)				
Circulante	189	(38.450)							
Não circulante	8	(571)							
Total	197	(39.021)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17

⁽¹⁾ Os swaps para hedge de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre amortização da dívida.

⁽²⁾ Os swaps para hedge de taxa de juros possuem validade mensal, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre a amortização da dívida.

A controlada CPFL Paulista optou por marcar a mercado a dívida a qual possui instrumentos de hedge totalmente atrelados, de modo que em 31 de março de 2011 foi apurado um ganho de R\$ 3.530 (nota 16). Este ganho minimizou a perda de derivativos apresentada anteriormente.

A Companhia e suas controladas têm reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado:

Notas Explicativas

Empresa	Risco protegido / operação	Conta contábil	Ganho (Perda)	
			31/03/2011	31/03/2010
CPFL Energia	Varição de taxas de juros	Swap de juros	13	98
CPFL Energia	Marcação a mercado	Ajuste a Valor Justo	196	(251)
CPFL Paulista	Varição cambial	Swap de moedas	(30.146)	(789)
CPFL Paulista	Marcação a mercado	Ajuste a Valor Justo	1.960	685
CPFL Piratininga	Varição de taxas de juros	Swap de juros	(573)	-
CPFL Piratininga	Marcação a mercado	Ajuste a Valor Justo	(33)	-
CPFL Geração	Varição cambial	Swap de moedas	(5.353)	2.793
CPFL Geração	Varição de taxas de juros	Swap de juros	(94)	458
CPFL Geração	Marcação a mercado	Ajuste a Valor Justo	1.916	832
RGE	Varição de taxas de juros	Swap de juros	75	182
RGE	Marcação a mercado	Ajuste a Valor Justo	(151)	106
			(32.190)	4.114

d) Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros, conforme demonstrado:

Varição cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial existente em 31 de março de 2011 seja mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seriam:

Instrumentos	Exposição	Risco	Consolidado		
			Depreciação cambial de 9,6%*	Depreciação cambial de 25%**	Depreciação cambial de 50%**
Instrumentos financeiros ativos	20.367	alta dólar	1.961	5.092	10.183
Instrumentos financeiros passivos	(134.204)	alta dólar	(12.920)	(33.551)	(67.103)
Derivativos - Swap Plain Vanilla	78.280	alta dólar	7.536	19.570	39.141
	(35.557)		(3.423)	(8.889)	(17.779)
Instrumentos financeiros passivos	(409.103)	alta yen	(39.386)	(102.276)	(204.552)
Derivativos - Swap Plain Vanilla	409.103	alta yen	39.386	102.276	204.552
	-		-	-	-
	(35.557)		(3.423)	(8.889)	(17.779)

(*) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela BM&F

(**) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08

Varição das taxas de juros

Supondo: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de março de 2011 seja mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais

Notas Explicativas

acumulados para esta data base permaneçam estáveis (CDI 10,37 % a.a.; IGP-M 10,95 % a.a.; TJLP 6,0 % a.a.), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras consolidadas para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R\$ 565.715. Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário I*	Consolidado	
				Elevação de índice em 25%**	Elevação de índice em 50%**
Instrumentos financeiros ativos	2.340.485	variação CDI	44.936	60.677	121.354
Instrumentos financeiros passivos	(5.371.110)	variação CDI	(103.121)	(139.240)	(278.480)
Derivativos - Swap Plain Vanilla	(625.785)	variação CDI	(12.015)	(16.224)	(32.447)
	(3.656.410)		(70.200)	(94.787)	(189.573)
Instrumentos financeiros ativos	74.301	variação IGP-M	(3.173)	2.034	4.068
Instrumentos financeiros passivos	(65.175)	variação IGP-M	2.782	(1.785)	(3.568)
	9.126		(391)	249	500
Instrumentos financeiros passivos	(3.225.324)	variação TJLP	646	(48.379)	(96.760)
Derivativos - Swap Plain Vanilla	99.578	variação TJLP	(20)	1.493	2.987
	(3.125.746)		626	(46.886)	(93.773)
Total de aumento	(6.773.030)		(69.965)	(141.424)	(282.846)

(*) Os índices de CDI, IGP-M e TJLP considerados de: 12,29%, 6,68% e 5,98%, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado

(**) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08

Notas Explicativas

(33) ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

A Companhia possui os seguintes ativos e passivos contabilizados para fins regulatórios, que não estão registrados nas informações trimestrais consolidadas, conforme descrito na nota 3.13.

	Consolidado			
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2010	31/12/2009
Ativos				
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias				
Descontos TUSD (*) e Irrigação	71.630	54.407	16.828	12.753
Outros Componentes Financeiros	-	-	-	199
	71.630	54.407	16.828	12.952
Diferimento de Custos Tarifários				
Parcela "A"	-	333	1.333	1.290
CVA (**)	330.339	333.622	366.741	374.336
	330.339	333.955	368.074	375.626
Despesas Pagas Antecipadamente				
Sobrecontratação	8.899	23.860	70.752	100.326
Subvenção Baixa Renda - Perdas	31.011	34.994	48.186	55.506
Neutralidade dos Encargos Setoriais	381	-	-	-
Reajuste Tarifário	5.194	13.891	-	-
Outros Componentes Financeiros	50.189	53.314	36.467	11.557
	95.674	126.059	155.405	167.389
Passivos				
Diferimento de Ganhos Tarifários				
Parcela "A"	-	(11.472)	(45.772)	(44.419)
CVA	(402.013)	(364.365)	(506.543)	(377.735)
	(402.013)	(375.837)	(552.315)	(422.154)
Outras Contas a Pagar				
Revisão Tarifária	-	-	(49.315)	(89.261)
Descontos TUSD e Irrigação	(1.190)	(1.923)	(3.273)	(991)
Reajuste Tarifário	-	(3.556)	(14.225)	-
Sobrecontratação	(127.196)	(61.391)	(46.119)	(17.541)
Subvenção Baixa Renda - Ganhos	(5.923)	(6.280)	(5.890)	(6.011)
Neutralidade dos Encargos Setoriais	(111.798)	(63.905)	(1.521)	-
Outros Componentes Financeiros	(16.168)	(26.110)	(24.110)	(12.138)
	(262.275)	(163.165)	(144.453)	(125.942)
Total Líquido	(166.645)	(24.581)	(156.461)	7.871

(*) Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição

(**) Conta de Compensação de Valores de Itens da Parcela "A"

(34) FATOS RELEVANTES E EVENTO SUBSEQUENTE

34.1 Aquisição da Jantus

Notas Explicativas

Neste trimestre a CPFL Energia, por meio da sua controlada CPFL Comercialização Brasil S.A. adquiriu a totalidade das quotas da Jantus, empresa que controla SIIF Énergies do Brasil Ltda. e a SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda, operação sujeita ao cumprimento de determinadas condições previstas no contrato de compra e venda, incluindo as autorizações de todos os órgãos regulamentares competentes. Em conjunto elas detêm (i) quatro parques eólicos em operação (Formosa, Icaraizinho, Paracuru e SIIF Cinco) no Estado do Ceará com capacidade instalada de 210 MW e com contratos de venda de energia de 20 anos com a Eletrobrás, (ii) um projeto de parque eólico localizado no Estado do Rio de Janeiro com capacidade instalada potencial de 135 MW e também com contrato de venda de energia de longo prazo com a Eletrobrás, e (iii) um portfólio de projetos eólicos com capacidade instalada total de 732 MW nos Estados do Ceará e Piauí, dos quais 412 MW já são certificados e elegíveis para participação nos próximos leilões de energia.

O preço de aquisição da Jantus que compreende os parques eólicos em operação e o portfólio de projetos foi de **R\$ 950 milhões**, além de assumir uma dívida líquida no valor de **R\$ 544,2 milhões**.

34.2 Associação da CPFL Energia com a ERSA

Em 19 de abril de 2011, a CPFL Energia celebrou com os acionistas da ERSA Energia Renováveis S.A (“Ersa”) um acordo de associação por meio do qual pretendem unir ativos e projetos de energia renovável detidos em suas controladas CPFL Geração e CPFL Brasil, que inclui parques eólicos, usinas termelétricas à biomassa e pequenas centrais hidroelétricas.

Após uma série de reestruturações societárias previstas, a CPFL Geração e a CPFL Brasil passarão a integrar o bloco de controle da ERSA, como acionistas majoritárias, detendo, em conjunto, 63,6% do capital total e votante da ERSA, enquanto os atuais acionistas da ERSA deterão 36,4%. Concomitantemente à realização da incorporação descrita acima, com a formação desta joint-venture, a ERSA terá sua denominação alterada para CPFL Energias Renováveis S.A. (a “CPFL Renováveis”).

A relação de substituição entre as ações da ERSA e as ações da Nova CPFL (empresa veículo a ser utilizada na operação de incorporação), para fins da incorporação, toma por base o valor econômico da ERSA e o valor econômico dos ativos pertencentes a CPFL

Notas Explicativas

Geração e CPFL Brasil que serão contribuídos para a Nova CPFL, e será confirmada por laudos de avaliação preparados por empresas especializadas, nos termos da legislação aplicável. No contexto da associação, os ativos envolvidos foram avaliados em R\$ 4,5 bilhões.

Esta associação está sujeita a determinadas condições previstas no acordo de associação, incluindo autorizações de órgãos regulatórios e reorganizações societárias de sociedades controladas pela CPFL Energia, bem como ao atendimento dos termos e condições relativo à aquisição da Jantus, empresa que controla SIIF Énergies do Brasil Ltda. e a SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda.

34.3 Pagamento de dividendo

Na AGO/E de 28 de abril de 2011 foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2010, através de (i) constituição de reserva legal, no montante de R\$ 76.914; (ii) declaração de dividendo intermediário já pago aos acionistas em 30 de setembro de 2010 no montante de R\$ 774.429, e (iii) declaração de dividendo complementar no valor de R\$ 486.040. Em 29 de abril foi efetuado o pagamento do dividendo complementar.

34.4 Reajuste tarifário da CPFL Paulista 2011

Através da Resolução Homologatória nº 1.130, de 5 de abril de 2011, as tarifas da controlada CPFL Paulista foram, em média, reajustadas a partir de 08 de abril em 7,38% (sete vírgula trinta e oito por cento), sendo 6,11% (seis vírgula onze por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico e 1,26% (um vírgula vinte e seis por cento) referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 7,23% (sete vírgula vinte e três por cento) a ser percebido pelos consumidores cativos.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

PROJETOS DE INVESTIMENTO

(Não revisado pelos auditores independentes)

Nossos principais investimentos nos últimos anos têm sido destinados à manutenção e ao aprimoramento da nossa rede de distribuição e aos nossos projetos de geração. A tabela a seguir apresenta os investimentos da Companhia e suas controladas no 1º trimestre de 2011, bem como nos últimos três exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008.

	Em milhões de Reais			
	1o Trimestre 2011	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2010	2009	2008	
Distribuição de Energia				
CPFL Paulista	99	527	344	279
CPFL Piratininga	73	285	132	123
RGE	44	237	215	226
Outras	16	79	54	37
	232	1.128	745	665
Geração de Energia	192	645	581	502
Comercialização de Energia e Outros	2	29	12	11
	426	1.802	1.338	1.178

Planejamos investir, aproximadamente, R\$ 2.092 milhões em 2011 e, aproximadamente, R\$ 1.633 milhões em 2012. Dos investimentos totais orçados para estes períodos, R\$2.144 milhões destinam-se à distribuição e R\$1.474 milhões à geração.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES**

Posição dos acionistas da CPFL Energia S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, em 31 de Março de 2011:

<u>Acionistas</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Partic - %</u>
VBC Energia S.A.	122.948.720	25,55
BB Carteira Livre I FIA	149.233.727	31,02
Bonaire Participações S.A.	60.713.511	12,62
BNDES Participações S.A.	40.526.739	8,42
Membros do Conselho de Administração	112	-
Membros da Diretoria Executiva	3.174	-
Demais Acionistas	107.711.147	22,39
Total	481.137.130	100,00

Quantidade e características de valores mobiliários detidos pelo grupo de controladores, membros da Diretoria, membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal e Ações em Circulação, em 31 de Março de 2011 e 2010:

<u>Acionistas</u>	<u>31/03/2011</u>		<u>31/03/2010</u>	
	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Partic - %</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Partic - %</u>
Controladores	333.314.879	69,28	333.314.879	69,45
Administradores				
Membros da Diretoria	3.174	-	14.759	-
Membros do Conselho de Administração	112	-	112	-
Membros do Conselho Fiscal	-	-	-	-
Demais Acionistas	147.818.965	30,72	146.581.188	30,54
Total	481.137.130	100,00	479.910.938	100,00
Ações em Circulação	147.818.965	30,72	146.581.188	30,54

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Composição dos acionistas da VBC Energia S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível pessoa física, em 31 de Março de 2011.

	Acionista	ON	Part - %	PN	Part - %	TOTAL	Part - %
(a)	Áttila Holdings S/A	1.815.927	46,55	70.530	50,00	1.886.457	46,67
(b)	Camargo Corrêa Energia S.A.	1.339.149	34,33	47.018	33,33	1.386.167	34,29
(c)	Camargo Corrêa S.A.	581.201	14,90	23.512	16,67	604.713	14,96
	Demais acionistas	164.951	4,22	-	-	164.951	4,08
	Total	3.901.228	100,00	141.060	100,00	4.042.288	100,00

(a) Áttila Holdings S/A

	Acionista	ON	Part - %
(d)	Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	280.767.655	38,91
	Camargo Corrêa S.A.	440.877.607	61,09
	Total	721.645.262	100,00

(b) Camargo Corrêa Energia S.A.

	Acionista	ON	Part - %	PN	Part - %	TOTAL	Part - %
(e)	Camargo Corrêa Investimento em Infra-Estrutura S.A.	518.860	100,00	518.854	100,00	1.037.714	100,00
	Demais acionistas	-	-	6	-	6	-
	Total	518.860	100,00	518.860	100,00	1.037.720	100,00

(c) Camargo Corrêa S.A.

	Acionista	ON	Part - %	PN	Part - %	TOTAL	Part - %
(f)	Participações Morro Vermelho S.A.	48.941	99,99	93.099	100,00	142.040	100,00
	Demais acionistas	5	0,01	1	-	6	-
	Total	48.946	100,00	93.100	100,00	142.046	100,00

(d) Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.

	Acionista	ON	Part - %	PN	Part - %	TOTAL	Part - %
(c)	Camargo Corrêa S.A.	430.616	100,00	87.772	99,99	518.388	99,99
	Demais acionistas	5	-	8	0,01	13	0,01
	Total	430.621	100,00	87.780	100,00	518.401	100,00

(e) Camargo Corrêa Investimento em Infra-Estrutura S.A.

	Acionista	ON	Part - %
(c)	Camargo Corrêa S.A.	685.162.736	100,00
	Demais acionistas	6	-
	Total	685.162.742	100,00

(f) Participações Morro Vermelho S.A.

	Acionista	ON	Part - %	PN	Part - %	TOTAL	Part - %
(g)	RCABON Empreendimentos e Participações S.A	749.998	33,33	-	-	749.998	11,11
(h)	RCNON Empreendimentos e Participações S.A	749.998	33,33	-	-	749.998	11,11
(i)	RCPODON Empreendimentos e Participações S.A	749.998	33,33	-	-	749.998	11,11
(j)	RCABPN Empreendimentos e Participações S.A	-	-	1.498.080	33,29	1.498.080	22,19
(k)	RCNPN Empreendimentos e Participações S.A	-	-	1.498.080	33,29	1.498.080	22,19
(l)	RCPODPN Empreendimentos e Participações S.A	-	-	1.498.080	33,29	1.498.080	22,19
(m)	RRRPN Empreendimentos e Participações S.A	-	-	5.760	0,13	5.760	0,09
	Demais acionistas	6	0,01	-	-	6	0,01
	Total	2.250.000	100,00	4.500.000	100,00	6.750.000	100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**(g) RCABON Empreendimentos e Participações S.A**

Acionista	ON	Part - %	PN	Part - %	TOTAL	Part - %
Rosana Camargo Arruda Botelho	749.850	100,00	40	27	749.890	99,99
Demais Acionistas	-	-	110	73	110	0,01
Total	749.850	100,00	150	100,00	750.000	100,00

(h) RCNON Empreendimentos e Participações S.A

Acionista	ON	Part - %	PN	Part - %	TOTAL	Part - %
Renata de Camargo Pires Nascimento	749.850	100	40	-	749.890	99,99
Demais Acionistas	-	-	110	100	110	0,01
Total	749.850	100	150	100	750.000	100,00

(i) RCPODON Empreendimentos e Participações S.A

Acionista	ON	Part - %	PN	Part - %	TOTAL	Part - %
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	749.850	100,00	-	-	749.850	99,98
Demais Acionistas	-	-	150	100	150	0,02
Total	749.850	100,00	150	100,00	750.000	100,00

(j) RCABPN Empreendimentos e Participações S.A

Acionista	ON	Part - %
Rosana Camargo Arruda Botelho	1.499.890	99,99
Demais Acionistas	110	0,01
Total	1.500.000	100,00

(k) RCNPN Empreendimentos e Participações S.A

Acionista	ON	Part - %
Renata de Camargo Nascimento	1.499.890	99,99
Demais Acionistas	110	0,01
Total	1.500.000	100

(l) RCPODPN Empreendimentos e Participações S.A

Acionista	ON	Part - %
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	1.499.850	99,99
Demais Acionistas	150	0,01
Total	1.500.000	100,00

(m) RRRPN Empreendimentos e Participações S.A

Acionista	ON	Part - %
Rosana Camargo Arruda Botelho	1.980	33,33
Renata de Camargo Nascimento	1.980	33,33
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	1.980	33,34
Total	5.940	100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Composição dos acionistas do Fundo Mútuo de Investimentos em Ações - BB Carteira Livre I com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível pessoa física, em 31 de Março de 2011.

Fundo Mútuo de Investimentos em Ações - BB Carteira Livre I

Acionista	Cotas	Part - %
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI	130.163.541	100,00
Total	130.163.541	100,00

Composição dos acionistas da BONAIRE Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível pessoa física, em 31 de Março de 2011.

Acionista	ON	Part - %
(a) Energia São Paulo Fundo de Investimento em Participações	66.728.872	100,00
Demais acionistas	6	-
Total	66.728.878	100,00

(a) Energia São Paulo Fundo de Investimento em Participações

Acionista	Cotas	Part - %
(b) Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Participações 114	353.528.507	44,39
Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Petros	181.405.069	22,78
Fundação Sabesp de Seguridade Social - Sabesprev	4.823.881	0,61
Fundação Sistel de Seguridade Social	256.722.311	32,22
Total	796.479.768	100,00

(b) Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Participações 114

Acionista	Cotas	Part - %
Fundação CESP	353.528.507	100,00
Total	353.528.507	100,00

Composição dos acionistas da BNDES Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível pessoa física, em 31 de Março de 2011.

Acionista	ON	Part - %
Banco Nacional de Desenv. Econômico e Social (*)	1	100,00
Total	1	100,00

(*) Órgão do governo: único acionista União Federal

As quantidades de ações estão expressas em unidades.

Compromisso de arbitragem

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante no artigo nº 44 do Estatuto Social da Companhia.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Balanco Social Anual / 2011 [*]



Empresa: CPFL Energia S/A

1 - Base de Cálculo	1º Trimestre de 2011 Valor (Mil reais)			1º Trimestre de 2010 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	3.022.784			2.878.725		
Resultado operacional (RO)	723.050			759.644		
Folha de pagamento bruta (FPB)	131.931			126.378		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	11.978	9,08%	0,40%	10.179	8,05%	0,35%
Encargos sociais compulsórios	31.064	23,55%	1,03%	34.328	27,16%	1,19%
Previdência privada	7.177	5,44%	0,24%	6.278	4,97%	0,22%
Saúde	4.753	3,60%	0,16%	7.422	5,87%	0,26%
Segurança e saúde no trabalho	0	0,00%	0,00%	428	0,34%	0,01%
Educação	424	0,32%	0,01%	522	0,41%	0,02%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.740	1,32%	0,06%	1.924	1,52%	0,07%
Creches ou auxílio-creche	217	0,16%	0,01%	367	0,29%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	7.112	5,39%	0,24%	10.679	8,45%	0,37%
Outros	1.151	0,87%	0,04%	1.565	1,24%	0,05%
Total - Indicadores sociais internos	65.616	49,74%	2,17%	73.692	58,31%	2,56%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	65	0,01%	0,00%	53	0,01%	0,00%
Cultura	2.045	0,24%	0,07%	3.038	0,40%	0,11%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	62	0,01%	0,00%
Esporte	2	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	367	0,04%	0,01%	147	0,02%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	2.479	0,29%	0,08%	3.300	0,43%	0,11%
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.550.172	181,49%	51,28%	1.348.858	177,56%	46,86%
Total - Indicadores sociais externos	1.552.651	181,78%	51,36%	1.352.158	178,00%	46,97%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	8.630	1,01%	0,29%	24.157	3,18%	0,84%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	6.984	0,82%	0,23%	11.167	1,47%	0,39%
Total dos investimentos em meio ambiente	15.614	1,83%	0,52%	35.324	4,65%	1,23%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa	<input checked="" type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional	1º Trimestre de 2011			1º Trimestre de 2010		
Nº de empregados(as) ao final do período	8.018			7.376		
Nº de admissões durante o período	399			293		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	64			ND		
Nº de estagiários(as)	271			212		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	2.102			2.074		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	1.893			1.479		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	11,41%			10,21%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	961			754		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	2,81%			1,32%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	282			289		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	1º Trimestre de 2011			1º Trimestre de 2010		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	74,24			74,49		
Número total de acidentes de trabalho	3			5		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da DIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a DIT	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da DIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a DIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
	87.712	472	1.068	276.462	342	443
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
	100%	100%	9,34%	100%	100%	39,80%
Valor adicionado total a distribuir (em R\$ mil):	1º TRI 2011 2.438.486			1º TRI 2010 2.282.014		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	65% governo	5% colaboradores(as)	% acionistas	65% governo	5% colaboradores(as)	% acionistas
	11% terceiros	19% retido		9% terceiros	21% retido	
7 - Outras Informações	Informações Consolidadas					
* Reajustados para adequar a Norma IFRS.	Nos itens financeiros foram utilizados os percentuais de participação societária. Para as demais informações, tais como quantidade de empregados e processos judiciais, as informações foram disponibilizadas em números integrais.					
Responsável pelo Preenchimento: Antônio Carlos Bassalo, fone (19) - 3756-8018, bassalo@cpfl.com.br						
(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes						

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas e Administradores da
CPFL Energia S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da CPFL Energia S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre e período de três meses findos naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentadas de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. No caso da CPFL Energia S.A. as práticas contábeis diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação complementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto

Campinas, 4 de maio de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Jarib Brisola Duarte Fogaça
Contador CRC 1SP125991/O-0